



Carmópolis elege novo prefeito e vereadores

**Veja os nomes e a votação dos 11 parlamentares eleitos*

**Lista completa mostra todos os candidatos e o número de votos de cada um*

Foram eleitos no domingo, dia 15 de novembro de 2020, o prefeito, o vice e os onze vereadores que exercerão os poderes Executivo e Legislativo de Carmópolis de Minas pelos próximos quatro anos. A posse de todos eles ocorre no dia 01 de janeiro de 2021. José Omar Paolinelli (PSD) – Dedé é o novo prefeito. Ele obteve 6.400 votos (58,87%), contra 3.554 (32,69%) de Antonio Jose Lara (PSDB) - Dr Antonio Lara. O vice-prefeito eleito é Leir de Oliveira Lebron (PV). O candidato Carlos Alberto Alves Pereira (Solidariedade) - Carlos Caap - Gordo do Clóvis ficou em terceiro lugar, com 570 votos (5,24%), seguido por Antonio Carlos (PSL) - Toninho da Maria com 347 votos (3,19%).

Página 11

Conheça os papéis dos prefeitos e vereadores e os principais desafios dos novos eleitos

Página 14

Câmara aponta problemas gerados pela Covid 19



Volney Henrique

A curva ascendente da incidência da Covid-19 em Carmópolis de Minas foi debatida na Câmara Municipal com a secretária municipal da Saúde.

Página 7

Projeto “Bolsa Atleta” pode beneficiar jovens carmopolitanos

A iniciativa tem como objetivo valorizar, incentivar e apoiar atletas e paratletas de qualquer modalidade esportiva, mediante a concessão de bolsas remuneradas.

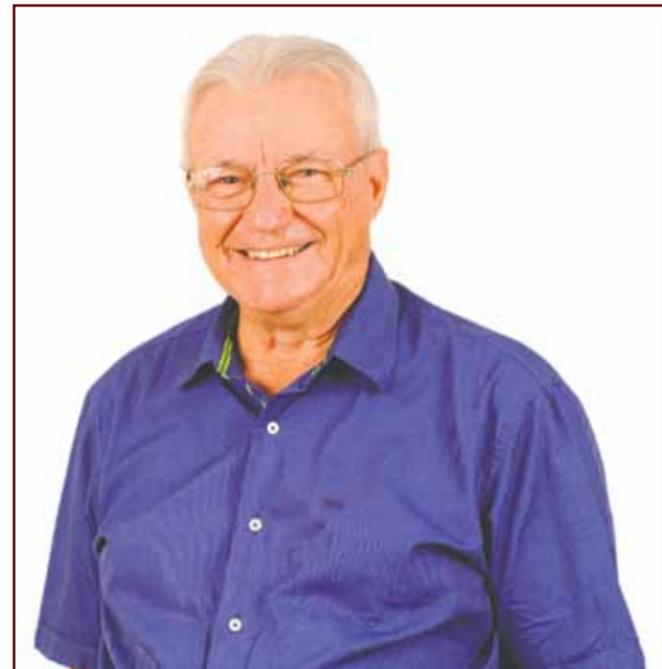
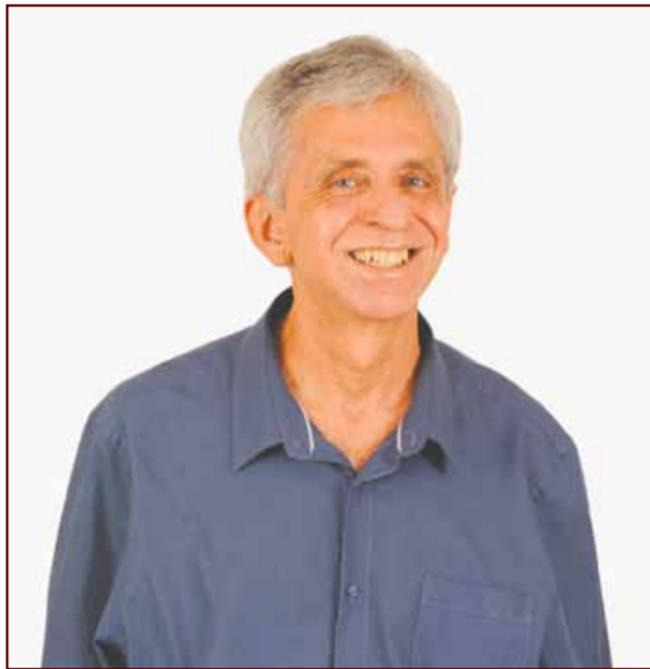
Página 16

Carmópolis dá mais um passo para conseguir tratamento por equoterapia

Página 3

Asfaltamento de parte da estrada do Bom Jardim garante melhorias para moradores

Página 2



José Omar e Leir Lebron: chapa eleita obteve 58,87% dos votos válidos.

Vereadores eleitos, em ordem alfabética



Antonio Gabriel Francisco Rabelo Lara.



Antonio Pinto de Vasconcelos.



Célio Roberto Azevedo.



Claudinei Vicente da Silveira.



Dirceu da Silva.



Fernando Luís Rabelo Lebron.



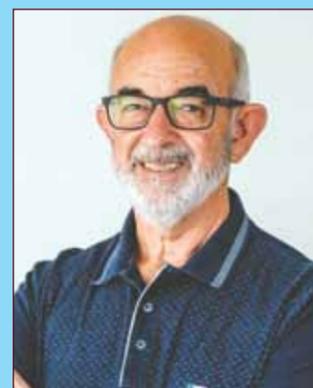
Geraldo Lucas de Lima e Silva.



Jaqueline Emilia Luciano.



João Francisco Vieira.



José Laercio da Silveira.



Marcelo de Freitas dos Reis.

Asfaltamento de parte da estrada do Bom Jardim garante melhorias para moradores

As obras de asfaltamento de parte da estrada que liga Carmópolis de Minas ao distrito de Bom Jardim das Pedras foi tema de manifestação do vereador Dirceu da Silva – líder do PSD, durante sessão ordinária do Poder Legislativo Municipal realizada no dia 24 de agosto de 2020. O parlamentar disse que o serviço de pavimentação, respectivamente na saída da cidade e entrada do distrito, foi a melhor maneira de contemplar a população das duas localidades, cobrindo a maior parte das residências localizadas à beira da estrada.

Overeador revelou, ainda, que em conversa com o prefeito Geraldo

Antônio da Silva (PSD), foi informado de que o atual mandatário deixará no orçamento municipal a p r o x i m a d a m e n t e três milhões de reais, destinados ao término do asfaltamento de todo o trecho. “Independentemente de quem assumir a Prefeitura, terá condições de realizar a obra, com o distrito sendo beneficiado com esse tipo de pavimentação”, afirmou Dirceu.

O líder também citou o aproveitamento das máquinas que se encontravam no local para um trabalho mais completo de compactação do trecho que continuará sem o asfaltamento, melhorando as condições

gerais da via, de grande movimento diário de veículos, uma obra que, segundo ele, também era bem vista pelo prefeito.

A obra de asfaltamento de parte da rodovia estava sendo realizada graças a um financiamento de 5 milhões de reais conseguido junto à Caixa Econômica Federal, dentro do Programa de Financiamento para Infraestrutura e Saneamento (FINISA). Além da estrada do Bom Jardim, várias ruas de Carmópolis também foram contempladas com obras de infraestrutura, incluindo a construção de uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) no Bairro Jardim América.

Betinho defende iluminação pública no Japão Grande



Volney Henrique

O vereador Gilberto Arnaldo de Freitas - Betinho (PSD) - *foto* - defendeu a possibilidade de iluminar a entrada do povoado do Japão Grande, até onde já existe a rede elétrica, uma vez que já estão sendo realizadas melhorias no local. A manifestação do parlamentar foi feita durante a sessão ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 10 de agosto de 2020.

Argumentou o vereador que a

extensão da rede elétrica complementar a obra de pavimentação, somando um serviço essencial à população. Ele acrescentou que talvez o atual prefeito não disponha de dotação orçamentária suficiente para realizar a obra agora, mas deixava ali sua sugestão aos próximos administradores municipais, por se tratar de uma comunidade numerosa, que merece essas melhorias num futuro próximo, dando mais segurança aos usuários daquelas vias.

Formiga e Capão terão abrigos para usuários de transporte coletivo



Volney Henrique

Os abrigos para estudantes e demais usuários de transporte coletivo nos povoados de Formiga e Capão deverão ser instalados, conforme disse o vereador João Francisco Vieira (PSD) - *foto acima* - na sessão ordinária da Câmara Municipal de Carmópolis de Minas, realizada no dia 17 de agosto de 2020. A notícia sobre as instalações foi passada ao vereador pelo prefeito Geraldo Antônio da Silva (PSD), durante visita ao distrito de Bom Jardim das Pedras.

Segundo o vereador, dois desses abrigos já se encontram estocados em Carmópolis. Um deles será instalado no povoado

da Formiga e outro na via que tem como referência a propriedade do senhor José Antônio. Um terceiro deverá ser instalado, assim que chegar à cidade, no antigo campo do Capão.

João Francisco lembrou ser essa uma reivindicação dos moradores, cujo pedido também já havia sido feito por alguns de seus colegas vereadores. O prefeito pediu apenas mais um tempo para instalar essas estruturas, devido à grande quantidade de obras em andamento no município e tendo em vista que no momento as aulas presenciais se encontram paralisadas, por conta da pandemia do novo coronavírus.

Bairro Aparecida volta a ser tema de reivindicações

As obras de recapeamento da Rua Formosa, no Bairro Aparecida, há muito reivindicado pelos moradores, voltaram a ser motivo de manifestação na Câmara Municipal de Carmópolis de Minas. Desta vez o vice-presidente do Legislativo, vereador Marcelo de Freitas dos Reis, parabenizou o seu colega Sérgio Damião Moraes (PSDB) pela indicação de verba a ser destinada àquela obra, objeto de várias manifestações de vereadores no plenário. Lembrou, entretanto, que enquanto presidente do Legislativo, liderou e convocou a audiência pública realizada no bairro para tratar de melhorias para os moradores.

Disse, ainda, que em conversa com o prefeito Geraldo Antônio da Silva (PSD) há algum tempo, foi informado de que o bairro não receberá apenas benfeitorias na Rua Formosa, devendo ter praticamente todas as ruas pavimentadas. Marcelo afirmou que nasceu e se criou no bairro que frequenta todos os dias, pois lá ainda residem seus pais, sendo conhecedor das dificuldades vividas pelos moradores. “Na verdade, não apenas um vereador lutou pelas melhorias, mas quase todos, pois

aprovamos o financiamento da Prefeitura pelo Projeto Finisa (Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento), estando com minha consciência tranquila”, observou o parlamentar, na certeza de que o bairro receberá essas melhorias, esperando que o Poder Executivo realize a obra, cobrindo o trajeto da Praça José de Souza Moraes à MG-270, sonho dos moradores do Bairro Graminha, tirando, também, um pouco do trânsito do Bairro de Fátima.

Sérgio havia abordado o assunto durante na sessão ordinária do dia 27 de julho, quando manifestou sua preocupação sobre projeto de pavimentação da Rua Formosa, obra que havia sofrido um processo de travamento, em virtude das condições gerais do município, que teria de arcar com um montante financeiro, na forma de contrapartida a uma verba conseguida pelo ex-deputado federal Edson Moreira. Sérgio pediu ao líder do governo que levasse ao prefeito a necessidade de se promover o serviço, conforme compromissos assumidos pelos vereadores com o Bairro Aparecida durante a audiência pública.

Jornal da Câmara

Órgão oficial da Câmara Municipal de Carmópolis de Minas (MG)

Instituído pela resolução 05, de 22 de dezembro de 2010

Editor – João Bosco Ribeiro – reg. MG 3655 JP

Mesa Diretora da Câmara - 2019/2020

Presidente: Antônio Pinto de Vasconcelos (PSD)

Vice presidente: Marcelo de Freitas dos Reis (DEM)

Secretário: Gilberto Arnaldo de Freitas - Betinho (PSD)

Tesoureiro - Célio Roberto Azevedo (PSD)

Endereço: Rua Dorvelino Rabelo Costa, n.º 38 – Centro

Carmópolis de Minas – MG - CEP 35.534-000

Tel.: (37) 3333-1704 e 3333-2299

www.camaracarmopolis.mg.gov.br / camara@camaracarmopolis.mg.gov.br

Edição

Jornal GAZETA DE MINAS – Oliveira MG

Tel.: 37 3331-4486 www.gazetademinas.com.br

Impressão – Gazeta de Minas Gráfica e Editora Ltda.

Carmópolis dá mais um passo para conseguir tratamento por equoterapia

Com a realização de mais uma reunião envolvendo a Secretaria Municipal da Saúde, Carmópolis de Minas deu mais um passo para a instalação de um centro especializado em equoterapia. A informação foi passada pelo vereador Sérgio Damião Moraes (PSDB) - *foto à direita* -, durante a sessão ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 24 de agosto de 2020.

O vereador informou que as mães de crianças que necessitam desse tipo de tratamento estão todas empenhadas em ajudar, buscando forças e parcerias que possam redundar no sucesso do projeto. O vereador manifestou sua certeza de que em breve o tratamento será uma realidade em Carmópolis, ganhando toda a população local, como também de outras cidades da região.

Na mesma sessão o vereador Marcelo de Freitas dos Reis – líder do Democratas, elogiou a iniciativa e disse ao seu colega Sérgio que poderá contar com o seu apoio, uma vez que há um tempo ele foi procurado por Maria Célia dos Santos Pereira Andrade, como também conversou com o prefeito sobre o projeto e na época foi sugerido construir a estrutura paralelamente à Associação de Pais e



Volney Henrique

Amigos dos Excepcionais (APAE), por ser uma obra simples e barata, mas que trará muito conforto para essas crianças que são obrigadas a se deslocarem para a cidade de Crucilândia para se submeterem ao tratamento.

De acordo com o site “TuaSaúde”, a equoterapia, também chamada de equiterapia ou hipoterapia, é um tipo

de terapia com cavalos que estimula o desenvolvimento da mente e do corpo. Ela serve para complementar o tratamento de indivíduos com deficiências ou necessidades especiais, como a síndrome de Down, paralisia cerebral, derrame, esclerose múltipla, hiperatividade, autismo, crianças muito agitadas ou com dificuldade de

concentração, por exemplo.

Esse tipo de terapia para pessoas com necessidades especiais deve ser feito em um ambiente adequado e especializado. Geralmente as sessões duram cerca de 30 minutos, são realizadas 1 vez por semana e pode ser frequentado por pessoas com necessidades especiais independentemente da idade, a não ser que tenha contraindicações.

A equoterapia é uma ótima opção terapêutica principalmente para crianças com necessidades especiais, pois os exercícios realizados no cavalo alteram a resposta do sistema nervoso central e permite melhora na postura e na percepção do movimento. Os principais benefícios da hipoterapia são: desenvolvimento do afeto, devido ao contato da pessoa com o cavalo; estimulação da sensibilidade tátil, visual e auditiva. A equoterapia também melhora a postura e o equilíbrio; aumenta a autoestima e a autoconfiança, promovendo a sensação de bem-estar; melhora o tônus muscular; permite o desenvolvimento da coordenação motora e percepção dos movimentos e faz com que a pessoa se torne mais sociável, facilitando o processo de integração nos grupos.

Presidente pede quebra-molas e patrolamento de vias

Por meio de indicação formalizada junto ao Poder Executivo, o presidente da Câmara Municipal de Carmópolis de Minas, vereador Antônio Pinto de Vasconcelos (PSD) - *foto à direita* - solicitou ao prefeito Geraldo Antônio da Silva (PSD) a instalação de quebra-molas e patrolamento em duas ruas da cidade.

Nos termos do parágrafo único do artigo 139 do Regimento Interno, atendendo solicitação dos moradores da Rua Juca Percílio, no Bairro Nossa Senhora de Fátima, Antônio Pinto pediu que seja vista a possibilidade de colocação de quebra-molas ou redutores de velocidade na referida via, nas proximidades do número 278, tendo em vista o excesso de velocidade com que os veículos trafegam no local.

O presidente também pediu atenção

especial ao cruzamento da via mencionada com da Rua São Geraldo, que também é um local de trânsito intenso e de grande fluxo de pedestres, devido ao movimento do posto de saúde, inclusive de grande movimentação de idosos, havendo grande necessidade de inibir o excesso de velocidade na via.

No mesmo ofício Antônio Pinto pediu patrolamento e manutenção da Rua Orides Caxica, trecho de aproximadamente 300 metros que dá sequência à via, que se encontra sem a devida infraestrutura e faltando manutenção, segundo informações dos moradores, dificultando o tráfego de veículos.

O ofício foi lido no plenário da Câmara, durante a sessão legislativa ordinária realizada no dia 3 de agosto de 2020.



Volney Henrique

Aprovadas novas denominações de ruas

Por unanimidade de votos, o Poder Legislativo de Carmópolis de Minas aprovou os projetos de leis 13, 16 e 17, todos de autoria do vereador Geraldo Lucas (PV), líder do governo no plenário, que dá nome a ruas localizadas no povoado Japão Grande; Parque Industrial Jovelino Rabelo e Distrito do Bom Jardim das Pedras. As votações foram realizadas durante a sessão ordinária do dia 10 de agosto de 2020.

De acordo com o PL N.º 13, fica denominada **Rua Geraldo Rufino Costa** a via que se inicia na Rua dos Machados, entre os números 85 e 163, localizada no Povoado do Japão Grande. Geraldo nasceu no dia 30/07/1916, era casado com Sebastiana Rosa de Jesus, com quem teve 04 filhos: Paulino Silvério Costa, Olívia Rosa da Silveira, Lévir Cesário Costa e Antônio Aleazar Costa e 23 netos. (Selma, Simone, Marciano, José Márcio, José Lúcio, José Adriano, Florenita, Garici, Eloíza, Elenise, Claudilene, Reginaldo, Luciene, Juliana, Claudinei, Sônia, Denivan, Jocimara, Daniel, Antônio, Márcia, Marta e Marcos).

Geraldo trabalhou durante toda sua vida plantando roça e como carreiro de boi. Usava sandálias de pneus feitas por ele mesmo. Gostava de tocar viola, visitar os netos e contar casos. Faleceu no dia 02 de abril de 1991, aos 74 anos de idade, vítima de infarto e deixou muitas saudades

aos familiares e amigos. Um homem honrado e digno. Sua marca jamais será apagada, passe o tempo que passar e a saudade para sempre fará parte da vida dos seus entes queridos.

O PL 16 denominou como **Rua Antônio Gonçalves Lara** a via localizada no Parque Industrial Jovelino Rabelo, com início na faixa de domínio da BR 381 (km 591, sentido Belo Horizonte) até a divisa da Empresa Tradicional Alimentos.

Nascido aos 18/05/1889, natural de Tiradentes-MG, brasileiro, filho de Antônio Gonçalves Lara e Maria Cândida do Nascimento. Casou-se com Carlita Gomes de Moraes e tiveram 5 filhos: Josefina, José Geraldo, Geralda, Carlos e Maria do Rosário. Depois de viúvo, casou-se mais duas vezes, com dona Cecília e dona Maria. Do terceiro casamento teve mais um filho: Altair Gonçalves Lara (Ico).

Era fazendeiro, tirava leite e tinha uma fábrica de manteiga. O produto era vendido para o Rio de Janeiro. Engordava porcos e gado bovino. Era uma pessoa social, gostava muito de jogar baralho, não brincava muito com as pessoas, mas era ótimo pai e avô, prova disso é que um neto morou com ele por 17 anos. Antônio era comprador de terras, possuindo mais de 400 alqueires quando morreu.

Pelo PL 17, ficou denominada como **Rua Francisco Ignácio da Silveira** a via pública localizada no Distrito do Bom Jardim das Pedras (região das Cabeceiras), iniciando-se na Rua Newton Ferreira Leite, até a estrada conhecida popularmente como Estrada da Mata.

De acordo com a justificativa do autor, Francisco nasceu em 1896 no Povoado do Bom Jardim das Pedras, região das Cabeceiras, onde residiu durante toda sua vida, lá constituiu família, adquiriu fazendas e tirava seu sustento e o de seus familiares de trabalho na roça. Tinha suas mãos calejadas e marcadas pela luta.

Em 09/09/1921 casou-se com Eliza Cândida de Jesus e tiveram nove filhos: Rosalinda (Lilinda), Sílvio Inácio da Silva, José Inácio da Silva, Jair Inácio da Silva, Martimiano Inácio da Silva, Maria de Jesus, Maria da Conceição, Maria da Natividade (Nezita) e Cândida Maria de Jesus. Um homem simples, de grande sabedoria, um ser humano incrível, um marido e pai exemplar.

O autor dos projetos pediu o empenho de seus colegas vereadores na apreciação das matérias, pois havia necessidade de denominação das vias, para que os moradores pudessem receber certidão de numeração, ligações de água, esgoto, extensão de rede, iluminação pública e energia elétrica.

Vereadores repudiam ofensas de pré-candidato

A publicação, por um pré-candidato a vereador, de áudio ofensivo em redes sociais contra possíveis adversários nas eleições foi criticada pelo vereador Dirceu da Silva, líder do PSD na Câmara de Carmópolis de Minas, durante a sessão ordinária do Legislativo realizada no dia 17 de agosto de 2020. O parlamentar lembrou períodos passados, nos quais a política de Carmópolis dava vergonha por suas baixarias, ao contrário dos tempos atuais, quando o município vive um positivo tempo de paz. “E agora surge esse tipo de postagem em áudio, com pré-candidato denegrindo imagens alheias, pregando novamente o ódio na política”, apontou o vereador.

Dirceu ressaltou que hoje os carmopolitanos conhecem e valorizam essa paz instaurada na política e, portanto, sabem em quem votar. “O povo é inteligente

e não cairá nesse tipo de conversa veiculada em redes sociais”, continuou ele, acrescentando que o pré-candidato deveria, ao invés disso, mostrar seu plano de governo e suas qualidades.

Marcelo de Freitas dos Reis, líder do Democratas, considerou oportuna a fala de seu colega Dirceu sobre pessoas que vão às redes sociais para difundir o ódio, a vingança e a mentira. Disse que sempre teve o cuidado de fazer uma campanha limpa, honesta e transparente, e que a população carmopolitana está muito atenta a isso. Prometeu continuar trabalhando no sentido de conseguir recursos para pavimentação de ruas e áreas essenciais como a Saúde. “Tenho certeza que o povo sabe diferenciar aquele político que faz campanha para prejudicar adversários, na tentativa de crescer na política”, afirmou o vereador.

João Rabelo Santos ganha nome de rua na Gerais

Foi aprovado por unanimidade de votos, no Poder Legislativo de Carmópolis de Minas, projeto de lei do vereador Dirceu da Silva, líder do PSD, que denomina como Rua João Rabelo dos Santos, a via única de acesso público, que se inicia na Rua Manuel Leandro no Povoado da Gerais, até o fim do loteamento.

João Rabelo dos Santos (João do Tilino) era filho de Dorvelino Rabelo Costa (Tilino da Gerais) e de Elvira Vasconcelos Costa. Nasceu em primeiro de novembro de 1920 na Fazenda da Gerais e viveu todos os anos de sua existência naquele povoado.

Casou-se com Rita Batista da Silveira, com quem constituiu uma família numerosa de 13 filhos, 31 netos e 39 bisnetos. João do Tilino era um homem trabalhador. Foi lavrador, carreiro, agricultor, retireiro e desde jovem auxiliava seu pai e seus irmãos nos trabalhos no engenho na Fazenda da Gerais, onde produziam açúcar, rapadura, melado e a famosa cachaça “Risadinha”. Antes mesmo de seu pai Tilino, ele assumiu o engenho dando continuidade aos trabalhos e à produção por vários anos.

Grande homem, pessoa humilde, simples, de uma sabedoria infinita. Apesar de ter frequentado pouco a escola, eram uma pessoa culta, estava sempre bem informado, era comunicativo, prestativo e caridoso. Um verdadeiro líder da comunidade de Gerais. Era sempre requisitado para acompanhar doentes às consultas e exames em Oliveira, Belo horizonte, para aplicar injeções nos enfermos e até avaliar sinais vitais em falecidos (pois anos atrás era comum as pessoas morrerem em suas residências).

Ele juntamente com sua esposa, sempre acolhia os necessitados da comunidade, dando-lhes abrigo e

alimentos. Homem respeitado, de boa convivência com todos. Na família sempre foi enérgico, transmitia respeito apenas pela forma de olhar, porém era alegre e carinhoso com seus familiares.

Devoto de Nossa Senhora do Carmo e muito religioso, nunca deixava de participar das missas dominicais. Fizesse chuva ou sol, lá ia ele à pé ou a cavalo cumprir seu dever de cristão. Foi presidente da Conferência de São Vicente de Paula e não media esforços para ajudar as pessoas mais carentes da comunidade.

Participava dos encontros de casais e ajudava na coordenação dos Círculos Bíblicos na Capela.

Amante de Futebol, foi o idealizador do Campo do Povoado e um dos integrantes e fundador do time “Fita Azul”, no qual atuou como jogador até poucos anos antes de seu falecimento. A torcida o chamava carinhosamente de “Careca”.

Em sua propriedade, logo acima da sede onde residia, há uma pedreira, (lugar que oferece uma linda visão do horizonte que é muito visitado, considerado um ponto turístico no povoado da Gerais). Nessa pedreira foram retirados milhares de paralelepípedos para calçamento de diversas ruas de Carmópolis, bem como diversos caminhões de cascalho para reparos nas estradas rurais do município.

Em suas terras estão instaladas as duas caixas d’água do SESAM, que armazenam a água tratada para abastecimento das residências daquele Povoado e do distrito do Bom Jardim das Pedras.

João Rabelo dos Santos faleceu no dia 25 de setembro de 1998, com 77 anos de idade, deixando um grande vazio, porém seus ensinamentos permaneceram vivos na memória daqueles que o conheceram.

Parados há 6 meses, profissionais do transporte escolar pediram ajuda



Volney Henrique

A difícil situação dos profissionais do transporte escolar em Carmópolis de Minas foi tema de manifestação do vereador Marcelo de Freitas dos Reis - *foto acima* -, líder do Democratas, durante a sessão ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 3 de agosto de 2020. O vereador lembrou já ter encaminhado um requerimento ao prefeito, pedindo a ele que pensasse uma maneira de ajudar esses trabalhadores, mas em resposta o Executivo alegou impossibilidades devido à lei de licitações.

Marcelo informou ter sido procurado pelos motoristas durante aquela semana, pedindo que a Câmara os ajudasse a resolver o problema, pois muitos

deles dependem unicamente dessa renda. Sem receber pagamentos há quase seis meses, a categoria necessita do apoio da Prefeitura que, segundo Marcelo, tem como ajudar.

Uma das maneiras de diminuir o sufoco financeiro vivido pelos trabalhadores seria adiantar o pagamento das parcelas mensais previstas nos contratos. Marcelo informou que muitas prefeituras já fizeram esses adiantamentos de 50%, exemplo do município de Farroupilha (RS), que enviou projeto à Câmara aprovado por unanimidade. Existe, também, a possibilidade de uma revisão contratual, evitando que se pague por quilometragem ainda não rodada.

Lei exige medidas rápidas dos novos prefeitos para o saneamento básico

O acesso ao saneamento básico é um dos principais desafios que os novos prefeitos deverão encarar a partir de 1º de janeiro de 2021 para melhorar as condições de moradia, a prevenção da saúde e o desenvolvimento sustentável dos municípios.

De acordo com a síntese de indicadores sociais do IBGE (edição de 2019), 37 de cada 100 brasileiros residem em domicílio onde falta ao menos um dos serviços de saneamento básico: coleta de lixo, abastecimento de água potável por rede de abastecimento ou esgotamento sanitário por rede coletora.

Entre os mais pobres a situação é pior: seis de cada dez não contam com ao menos um desses três serviços em casa. Conforme critério do Banco Mundial, essas pessoas estão abaixo da linha de pobreza, dispõem menos de R\$ 32 por dia - ou abaixo de US\$ 5,50 PPC (paridade de poder de compra) diários, segundo o

conversor do site do Banco Central (acessado em 29/10 às 15h32).

As mudanças estabelecidas na legislação do saneamento básico, a partir da Lei nº 14.026/2020, preveem a universalização desses serviços até 2033. Os novos prefeitos eleitos agora em novembro deverão fazer a adaptação dos municípios às exigências da lei para acessar recursos para melhoria do saneamento básico, como participar de consórcios regionais com outras cidades na prestação dos serviços, aderir a uma agência reguladora e estabelecer novos mecanismos de cobrança. A lei prevê que a cobrança municipal deverá estar instituída até 30 de junho, após votação nas câmaras dos vereadores.

No caso dos resíduos sólidos, o governo federal está elaborando um plano nacional após a realização de consulta pública.

Fonte: Agência Brasil

Câmara autoriza suplementação financeira para obras e combate ao coronavírus

Por 8 votos a 2, foi aprovado em dois turnos pelo plenário da Câmara Municipal de Carmópolis de Minas, projeto de lei do Poder Executivo que alterou o índice de suplementação da Lei Ordinária nº 2.256, de 23 de dezembro de 2019, ficando o prefeito autorizado a abrir Crédito Suplementar até o limite de 30% da despesa total fixada no Orçamento do Município, de acordo com o artigo 33 da Lei 2.238, de 12 de julho de 2019 - Lei de Diretrizes Orçamentárias e nos termos do art. 7º, inciso I, da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964. Votaram contra os vereadores Antônio Gabriel Francisco Rabelo Lara - líder do bloco do PSDB e Célio Roberto Azevedo (PSD).

Serão utilizados recursos provenientes de cancelamento parcial de dotações já existentes; superávit financeiro dos fundos, convênios ou termos congêneres, apurados em balanço patrimonial do exercício anterior, nos termos da Lei 4.320, de 17 de março de 1964; excesso de arrecadação apurado no decorrer do exercício mediante novos convênios ou termos congêneres, novas fontes de receita, aumento da receita prevista, em função de alterações na legislação pertinente; anulação de créditos adicionais autorizados em Lei; operação de crédito antecipado por lei para uso do Poder Executivo.

Sobre a matéria, o vice-presidente da Câmara, vereador Marcelo de Freitas dos Reis, argumentou, durante a sessão ordinária realizada no dia 3 de agosto de 2020, que o índice de suplementação de 15% foi votado por unanimidade naquela Casa em 2019, exatamente para dar ao Legislativo a prerrogativa de votar projetos individualizados, dando mais publicidade à população sobre o real trabalho dos vereadores.

Ele explicou que, aumentando para 30% a margem, o prefeito terá como suplementar sem necessidade de enviar projetos à Casa e, portanto, sem a participação dos vereadores, diminuindo a publicidade dos atos do Legislativo, ferramenta importante para mostrar aos munícipes os serviços públicos prestados pela Câmara, o que também é exigido pela Constituição Federal.

Para o vice-presidente, ao votar os 15%, a Câmara garantiu uma certa autonomia, podendo votar e aprovar abertura de crédito suplementar para setores essenciais como a

Saúde. Marcelo disse que não era contra a matéria, mas a maneira como o prefeito a justificou, pois existem outros meios de acionar a Câmara, enviando projetos individualizados para serem apreciados. “É crédito para a saúde? Manda o projeto de lei que vamos votar. É para Obras? Vamos votar. Era o que queríamos ao estabelecer os 15%”, acrescentou o vereador, lembrando que, ao aprovar projetos importantes, tais matérias se transformam em reportagens no Jornal da Câmara, passando mais informações à população, praticando a publicidade, que no caso do poder público é indispensável. Já a suplementação de 30% deixa os vereadores sem esse poder.

Durante a sessão ordinária do Legislativo realizada no dia 10 de agosto de 2020, o líder do governo na Câmara, vereador Geraldo Lucas (PV) esclareceu que, de acordo com a Controladoria Municipal, foi dada ao Poder Executivo a possibilidade de suplementar o Orçamento Municipal de 2020 em 15%, mas algumas verbas de valores relevantes que entraram no orçamento do município dependeram de suplementação, casos do empréstimo de R\$ 5 milhões junto à Caixa Econômica Federal (Projeto Finisa) utilizados na infraestrutura e que vai consumir 10% desse acréscimo e recursos destinados ao combate do novo coronavírus, que consumiu cerca de 1% desse acréscimo. Dessa forma, o município ficou com margem de apenas 4% para ser utilizada. Ainda de acordo com ele, não fossem esses acréscimos de verbas, os 15% votados em 2019 pela Câmara seriam suficientes.

Gilberto Arnaldo de Freitas - Betinho (PSD) disse ter votado favoravelmente ao projeto para não deixar a Prefeitura engessada. Com o avanço da pandemia do novo coronavírus, Betinho considera que a Câmara não deve deixar o prefeito em situação difícil, com as atuais obras sendo muito importantes para toda a comunidade, demonstrando a transparência com que o Poder Executivo vem executando-as. Ainda sobre o Projeto Finisa, Betinho lembrou os compromissos assumidos em audiências públicas realizadas no distrito de Bom Jardim das Pedras e Bairro Aparecida, vendo, hoje, várias pessoas agradecendo pelas melhorias.

Justificando seu voto contrário, o vereador Célio Roberto Azevedo (PSD) disse tomar suas decisões com muita convicção.

Lembrou que os vereadores aprovaram, por unanimidade, a redução da margem de suplementação para 15%. Reconhece que existe o empréstimo, mas que há muitos recursos próprios nesse financiamento. Lembrou o vereador ter demandas que já fazem quatro anos e ainda não foram atendidas, entre elas projetos de iluminação pública, sanitário público na Praça dos Passos, pavimentação da Avenida Ipê Amarelo e uma rua no Bairro Lavapés, em situação muito precária, para a qual já conseguiu recurso com o deputado federal Domingos Sávio (PSDB-MG). “Fico feliz pelas obras em execução na cidade, mas quem vai pagar a conta é o próximo gestor”, afirmou o vereador, grifando que por tudo isto não se arrepende de seu voto.

Sobre o tema, o líder da bancada do PSD, vereador Dirceu da Silva, lembrou que em seus cinco mandatos já votou três financiamentos, que foram pagos pelos prefeitos que vieram em seguida, assim como o próximo prefeito, a ser eleito em novembro deste ano, também será capaz de pagar o novo empréstimo. Disse que no caso de conseguir um novo mandato, não teria dúvidas em votar outro financiamento, seja qual for o prefeito, pois sem esses recursos jamais haveria obras em povoados como Gerais, Japão Grande, estrada do distrito de Bom Jardim das Pedras e outros locais. Ele considera que o município tem condições de pagar, como já pagou outros financiamentos, e quem vai ganhar é o povo de Carmópolis.

Em aparte, o vereador Geraldo Lucas lembrou que a Caixa Econômica Federal não liberaria recursos financeiros se o tomador do empréstimo, no caso a Prefeitura de Carmópolis, não tivesse condições de honrar o pagamento. “Foi uma grande vitória do Poder Executivo. Ressalto que no momento em que o prefeito assumiu o poder, a arrecadação municipal era de 20 milhões de reais ao ano e hoje já está em torno de 60 milhões, como mostra a Lei de Diretrizes Orçamentárias em tramitação na Casa”.

Antônio Gabriel Francisco Rabelo Lara, líder do bloco do PSDB, também justificou seu voto contrário, afirmando que sua opinião não mudou desde que o projeto chegou à Câmara. “Espero que dê certo, pois a cidade merece saúde e infraestrutura, mas para mim não era hora de se fazer o financiamento”, argumentou.

Estradas podem ficar sem patrolamento



Volney Henrique

Com o ano avançando e a aproximação de mais um período chuvoso, algumas estradas rurais de Carmópolis de Minas ainda não receberam nenhum tipo de manutenção por parte da Prefeitura, tudo indicando que alguns trechos permanecerão em precário estado de conservação, em prejuízo direto dos usuários. A declaração é do vereador Antônio Gabriel Francisco Rabelo Lara - *foto acima* -, líder do bloco do PSDB e foi feita durante a sessão ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 3 de agosto de 2020.

Como exemplo ele citou a Estrada da Cutia, que dá acesso ao povoado das Gerais, que se encontrava em péssimo estado e onde nem trator conseguia transitar. O parlamentar também apontou outras vias, como a estrada do Pará, que aguardava a chegada de mais uma máquina motoniveladora (patrol) para receber os devidos melhoramentos. O vereador chamou a atenção para o avanço do ano, aproximando-se novamente a estação das chuvas, ficando essas estradas sem os devidos reparos por mais um ano.

O tema foi também abordado pelo vereador Dirceu da Silva, líder do PSD, que pediu à liderança do governo informações sobre a compra da motoniveladora já anunciada pela Prefeitura, pois realmente existiam muitos trechos de estradas ainda sem receber os serviços de manutenção, especialmente os acessos às propriedades, também conhecidos como “galhos”, que possuem extensão até maior que as estradas principais. Segundo ele, no povoado da Gerais não havia sido efetuado nenhum patrolamento nesses “galhos”. Dirceu entende que, se a nova máquina demorar a ser entregue, seria conveniente licitar o serviço, para que a comunidade não fique prejudicada.

Gilberto Arnaldo de Freitas - Betinho (PSD) também manifestou sua preocupação a respeito do patrolamento das estradas rurais, serviço que contava com apenas duas motoniveladoras. De acordo com ele, o prefeito estabeleceu como prioridades os lugares mais afetados, existindo, ainda, dificuldades na contratação de operadores para essas máquinas, em vista dos altos salários.

Lixo polui nascentes e contamina água de Carmópolis

O problema gerado pelo lixo espalhado pela zona rural foi o assunto destacado pelo vereador Antônio Gabriel Francisco Rabelo Lara, líder do bloco do PSDB, durante a sessão ordinária da Câmara Municipal de Carmópolis de Minas realizada no dia 17 de agosto de 2020. Antônio Gabriel fez um apelo ao Serviço de Saneamento Ambiental Municipal (SESAM) para que tome as providências cabíveis, sobretudo, sobre a questão do lixo atirado em córregos.

Segundo o relato do vereador, existem locais de nascentes onde estão sendo atirados animais mortos

e servindo até mesmo para o descarte de eletrodomésticos como geladeiras. Afirmou, ainda, que uma das nascentes que formam o manancial que fornece água potável aos moradores da cidade está sendo totalmente poluída. Para ele o SESAM tem obrigação de fiscalizar e descobrir os responsáveis por esse mal, que atinge tanto a natureza como os seres humanos.

Antônio Gabriel manifestou, por fim, sua indignação com os fatos, solicitando do Serviço de Saneamento uma ação rápida e eficiente, no combate a esse tipo de agressão à natureza, que classificou como “extremamente preocupante”.

Obras no Bairro Aparecida foram destaque no plenário



Volney Henrique

Em pronunciamento feito durante a sessão ordinária da Câmara Municipal de Carmópolis de Minas, realizada no dia 10 de agosto de 2020, o vereador Onaldo José dos Santos – líder do PV (*foto acima*) agradeceu aos seus colegas pelas manifestações, feitas em sessões anteriores, dando apoio às reivindicações dos moradores do Bairro Aparecida. Ele lembrou que compromissos foram assumidos com aquela comunidade, durante audiência pública realizada pelo Legislativo no local. Onaldo comunicou que naquele dia as obras haviam começado, com instalação de manilhas e com boas perspectivas de melhoramentos para as ruas de um bairro que precisa muito da atenção do Poder Executivo. Ele também declarou ter se sentido feliz ao votar a favor do Projeto Finisa, vendo hoje tantas obras sendo realizadas nas regiões urbana e rural, numa grande conquista para a população.

Sobre o Finisa, o vereador Geraldo Lucas (PV), líder do governo no plenário, disse estar presenciando várias obras em execução no município, melhorando a vida dos moradores, destacando o asfaltamento da estrada do povoado Japão Grande e parte da via que liga a cidade ao distrito de Bom Jardim das Pedras. Ele destacou as benfeitorias realizadas na Rua Bento Belizário, que sempre foi tema de reivindicações na Câmara durante os períodos chuvosos. Além da galeria pluvial, a via acaba de receber pavimentação asfáltica. O líder do governo parabenizou seu colega Onaldo, por sempre ter lutado em favor do Bairro Aparecida e que deu um importante voto para melhorar a infraestrutura daquela parte da cidade.

Dirceu da Silva, líder do PSD, lembrou que desde sua primeira eleição subiu aos palanques de vários prefeitos,

sempre com a promessa de execução das obras necessárias ao Bairro Aparecida, que ficou prejudicado em várias administrações. Lembrou, entretanto, que moradores estão preocupados com um trecho da Rua Padre Eustáquio, que dá acesso à capela do bairro e que se encontra sem passeio público, deixando a via que será asfaltada, perigosa para pedestres. Ele pediu à liderança do governo que levasse a reivindicação ao setor competente.

Também o presidente da Câmara, vereador Antônio Pinto de Vasconcelos (PSD) aplaudiu as obras em favor de ruas do Bairro Aparecida, com as quais disse ter ficado muito satisfeito. De acordo com ele, o prefeito informou que as obras terão início muito brevemente. O presidente lembrou ter nascido naquele bairro, que também é berço do vice-presidente Marcelo de Freitas dos Reis (DEM).

O vice-presidente Marcelo de Freitas dos Reis disse se sentir feliz e honrado por ver Carmópolis com tantas obras, para as quais deu sua contribuição com um simples voto favorável. Ele leu a relação de todas as ruas beneficiadas com o asfaltamento, destacando os mil e duzentos metros de asfalto recebidos pela comunidade do Japão Grande e os mais de dois mil metros de pavimentação no distrito de Bom Jardim das Pedras. Para ele o Finisa é um projeto importantíssimo, antes desacreditado por muitas pessoas. Marcelo endossou as palavras do presidente sobre as suas origens no Bairro Aparecida, onde nasceu e se criou e de onde só saiu em 1994, quando se casou. Também disse se orgulhar de ter feito parte da administração de Silas Faleiro, que fez muito pelo bairro, sentindo-se feliz por ter contribuído para que as atuais melhorias se transformassem em realidade.

Legislativo autoriza abertura de crédito adicional para combate à Covid-19

A Câmara Municipal de Carmópolis de Minas aprovou a abertura de crédito adicional especial no orçamento municipal de 2020, no valor de R\$ 51.120,00, destinados ao Fundo Municipal de Assistência Social, para manutenção de ações de combate ao novo coronavírus.

O crédito será coberto com recurso, em igual importância, provenientes do

governo federal, conforme portarias publicadas do Ministério de Estado da Cidadania.

Em sua justificativa, o prefeito Geraldo Antônio da Silva (PSD) explicou aos vereadores que os recursos exigiram a abertura de crédito adicional especial, visto que não estavam incluídos no orçamento municipal.

Moradores do Bom Jardim das Pedras reclamam de pagamento do IPTU

O vereador João Francisco Vieira (PSD) comunicou, durante sessão ordinária da Câmara Municipal de Carmópolis de Minas realizada no dia 03 de agosto de 2020, ter recebido reclamações de contribuintes residentes no distrito de Bom Jardim das Pedras, especialmente donos de bares, quanto ao pagamento do Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana (IPTU), cujos carnês começaram a ser entregues.

De acordo com ele, o povo não estava satisfeito, principalmente os donos de bares, que com seus estabelecimentos fechados, por conta da pandemia do novo coronavírus, não tinham condições financeiras para arcar com a despesa. Também os moradores da Rua Aniel Agreste, naquele distrito, criticaram a cobrança do imposto, pois a rua em que residem não possui as mínimas condições de uso.

João Francisco citou o pronunciamento de seu colega José

Munir Machado (PSDB), que naquela mesma sessão havia afirmado que os pequenos comerciantes não tinham como pagar o IPTU. Para Munir, a Prefeitura não deveria promover essas cobranças neste momento.

João Francisco disse ter levado a reclamação ao setor competente da Prefeitura e de ter conversado com um proprietário de bar, mostrando a ele que os vereadores têm feito o que podem para resolver o problema.

Geraldo Lucas (PV), líder do governo no plenário, reconheceu as necessidades dos pequenos comerciantes, mas embora estando em plena pandemia, não existe uma legislação que permita ao Poder Executivo conceder isenção do IPTU. Pelo contrário, caso o chefe do Poder Executivo autorize essa isenção, será punido, respondendo por perdas de receita e improbidade administrativa. Também os vereadores poderiam ser punidos pelo Tribunal de Contas do Estado, se aprovassem uma lei municipal de isenção de impostos.

Distrito ganha aumento de carga elétrica



Volney Henrique

A realização de obras pela Prefeitura de Carmópolis de Minas entre o final de agosto e início de setembro de 2020 foi tema abordado pelo líder do governo na Câmara de Vereadores, Geraldo Lucas (PV) - *foto* -, na sessão ordinária do dia 31 de agosto de 2020. Como exemplo ele citou o aumento da carga elétrica no distrito de Bom Jardim das Pedras, passando a energia para o modo trifásico.

Lembrou o vereador que o melhoramento era reivindicado há muitos anos pela população, e que agora é realizado com a instalação dos novos transformadores.

Gilberto Arnaldo de Freitas – Betinho (PSD), vereador responsável pelo trabalho de viabilização do projeto de aumento de carga elétrica para o distrito, reforçou os argumentos que levaram à mudança, uma obra de grande porte

realizada pela CEMIG e muito necessária ao Bom Jardim das Pedras, uma das únicas localidades de Minas a receber o melhoramento na atual crise provocada pela pandemia. Ele parabenizou a administração municipal, lembrando que o problema de carga elétrica acompanhou o distrito em quase toda sua história sem ser solucionado, e somente agora isso estava sendo conseguido.

Câmara aponta problemas gerados pela Covid 19



Volney Henrique

A curva ascendente da incidência da Covid-19 em Carmópolis de Minas foi debatida na Câmara Municipal, durante a sessão ordinária realizada no dia 3 de agosto de 2020. Até no dia 01 de agosto haviam sido realizados 1.701 testes, dos quais 174 apresentaram resultado positivo para o novo coronavírus e 1.522 negativos. Havia 5 pacientes aguardando resultados de testes. Naquela semana foram constatados 19 novos casos positivos. A média de isolamento social estava em 35%, situação considerada preocupante. Os dados foram mostrados pela servidora do setor de vigilância sanitária, Isabella Santos (*foto*), dentro da prestação de contas feita pela secretária municipal de Saúde, Daniela Leite Garcia, correspondente ao primeiro quadrimestre de 2020.

O vereador **José Munir Machado (PSDB)** mais uma vez questionou, junto à secretária, sobre a situação difícil vivida pelos proprietários de bares, obrigados a permanecer fechados, enquanto supermercados e açougues vendiam bebidas alcoólicas, com aglomeração de pessoas em seus interiores. Para ele, a vida em Carmópolis continuava normal, com realização de festas particulares e até mesmo bares abertos clandestinamente, demonstrando falhas na fiscalização da Prefeitura. Ele também alertou para o fato dos pequenos comerciantes não terem nem mesmo condições de pagarem o IPTU, cujos carnês haviam sido distribuídos recentemente. Para Munir, a Prefeitura não deveria promover essas cobranças neste momento.

A secretária disse que realmente nos últimos dias constatava que muitas pessoas não estavam levando a sério a pandemia. Ela grifou que, mesmo com as equipes de fiscalização constituídas e trabalhando, elas não conseguiriam desempenhar seu trabalho a contento e até mesmo estabilizar ou fazer cair a incidência, sem a efetiva colaboração dos munícipes. Daniela orientou a população para que colaborasse com o governo municipal, mostrando que muitos não fazem a sua parte e depois jogam a culpa no setor público. E relatou que em muitos casos essas pessoas desafiam a fiscalização, rompendo fitas delimitadoras e arrancando faixas, chegando até mesmo a ameaçar fiscais.

Em relação à reabertura de bares, Daniela lembrou o novo formato do plano “Minas Consciente” do governo estadual, prevendo três ondas, com flexibilização especial

para municípios de até 20 mil habitantes, caso de Carmópolis de Minas. E adiantou que, a partir do dia 6 de agosto, a reabertura poderia ser concretizada, com responsabilidade e os devidos cuidados.

Munir disse, ainda, que os vereadores têm contato mais próximo com a população e por isso a Mesa Diretora deveria conseguir testes para os parlamentares, servidores e prestadores de serviços do Legislativo, a exemplo do que ocorreu na Câmara de Oliveira, onde seis servidores e um vereador testaram positivo.

O vice-presidente da Câmara, **Marcelo de Freitas dos Reis (DEM)** elogiou o trabalho desenvolvido pela Secretaria em relação ao combate ao novo coronavírus e manifestou sua preocupação com os números apresentados, especialmente sobre o índice de isolamento social de somente 35%, quando o ideal é 70%. Ele argumentou que Carmópolis tem apresentado maior número de casos confirmados porque é o município que mais testa na região. Ele concordou com seu colega Munir pelos casos preocupantes envolvendo pequenos comerciantes.

Célio Roberto Azevedo (PSD) pediu informações sobre a compra, pela Prefeitura, de medicamentos utilizados no tratamento da Covid-19, que estavam em falta no município. Daniela informou que a Prefeitura já havia adquirido esses produtos e conseguido uma empresa para entregar os medicamentos.

Geraldo Lucas (PV), líder do governo no plenário, afirmou ter chegado até ele informações de que existiam algumas políticas públicas e recursos que se encontravam à espera de dotação orçamentária para que a Prefeitura pudesse recebê-los. Ele também observou que as cirurgias eletivas estavam suspensas. Lucas destacou, ainda, a presença de aglomerações dominicais próximo

ao estádio do Tupanara, onde parecia ocorrer um festival de pipas, reunindo centenas de pessoas.

Daniela afirmou que o problema da fiscalização seria levado ao setor competente. Sobre as cirurgias eletivas, lembrou que estão suspensas desde o mês de março, sendo realizadas apenas as intervenções de urgência. Sobre as dotações, a secretária informou que a Prefeitura aguarda a aprovação, pela Câmara, de projeto de suplementação para dar andamento às atividades já programadas.

Sérgio Damião Moraes (PSDB) indagou sobre a eficácia do medicamento “Ivermectina” já largamente consumido como forma de aumentar a imunidade orgânica contra o novo coronavírus. Daniela disse que toda medicação deve ser prescrita pelo médico e todos devem procurar orientação antes de consumir esses produtos. Sérgio perguntou, também, se a Secretaria teria uma palavra de conforto e otimismo para a população. Em resposta, a secretária disse que em Carmópolis já existiam 154 pessoas recuperadas da Covid-19, sinal positivo de trabalho realizado, com a Secretaria indo sempre ao encontro de soluções. Destacou, entretanto, que cada um deveria fazer o seu papel e que precisava da ajuda de todos para conseguir pleno sucesso no trabalho.

O vereador **Dirceu da Silva, líder do PSD**, endossou as palavras de seu colega José Munir, acrescentando que a população de Carmópolis realmente relaxou nas medidas de proteção e segurança, comportando-se como se tudo estivesse normal. Para ele as pessoas não tinham consciência do que estava acontecendo, sendo interessante que a Secretaria divulgasse os dados semanais relativos à incidência da pandemia. Dirceu aproveitou para parabenizar a população do distrito

de Bom Jardim das Pedras, que mesmo tendo todas as características urbanas, até naquele momento não havia contabilizado nenhum caso positivo da doença.

Onaldo José dos Santos – líder do PV lembrou que Carmópolis combateu o vírus desde o anúncio do primeiro caso de infecção, não esperando que ele chegasse ao hospital, promovendo grande testagem da população. Ele também agradeceu a secretária pelo trabalho de combate à dengue realizado no Bairro Aparecida, com limpeza de grande área nas proximidades da capela.

Antônio Gabriel Francisco Rabelo Lara, líder do bloco do PSDB, perguntou à secretária sobre a periodicidade do trabalho de desinfecção feito em áreas públicas. Ele também pediu informações sobre o projeto de instalação de lavatórios em alguns pontos da cidade pelo Serviço de Saneamento Ambiental Municipal (SESAM). Daniela disse que a desinfecção continuava sendo feita semanalmente nos pontos mais frequentados pela população. Sobre os lavatórios ela informou que estava sendo resolvidas questões como a designação dos responsáveis pelas unidades, provendo-as continuamente de materiais como papel-toalha e sabão. Em ofício ao SESAM, a Secretaria passou ao órgão as devidas recomendações, pois não se pode ter lavatórios públicos sem os cuidados de higiene e segurança.

Para o vereador **Gilberto Arnaldo de Freitas - Betinho (PSD)** realmente não era fácil tomar as decisões relativas ao combate à pandemia, pois muitas vezes a população não tinha consciência sobre sua participação nesse processo. Ele argumentou que cada um devia cuidar não apenas de si, mas pensando em sua família e nas pessoas mais próximas. Betinho também mostrou a importância dos médicos continuarem atendendo às demais especialidades, pois a população não podia ficar desassistida em relação a consultas e exames. Segundo ele, havia médicos que não estavam atendendo nem a consultas particulares.

Falando em nome do Legislativo, o presidente **Antônio Pinto de Vasconcelos (PSD)** parabenizou a secretária pelo belo e eficiente trabalho desenvolvido à frente do setor de saúde municipal, colocando a Câmara à disposição da pasta, no que estivesse ao seu alcance para ajudar no combate à pandemia e recuperação dos carmopolitanos acometidos da Covid-19.

Obras deixam Executivo bem cotado na Câmara

O Poder Executivo de Carmópolis de Minas foi elogiado pelo vereador Célio Roberto Azevedo (PSD) em pronunciamento realizado durante a sessão ordinária da Câmara Municipal do dia 31 de agosto de 2020. O parlamentar disse que assim como cobra obras, também existem os momentos de agradecer. Célio fazia referência à instalação dos quebra-molas em várias ruas da cidade, uma reivindicação antiga de moradores, muito cobrada por seus colegas vereadores, mas que naquele momento já estava sendo feita.

Ele também citou as benfeitorias dos bairros Lavapés e Aparecida, obras muito reivindicadas e necessárias à população, tanto que havia pedido ao colega e vice-presidente do Legislativo, Marcelo de Freitas dos Reis (DEM), que reforçasse os argumentos junto ao Poder Executivo, tendo ele atendido seus pedidos e trabalhado em favor daquela região da cidade.

Geraldo Lucas (PV) também fez referência à instalação de mais de trinta quebra-molas em vias públicas da cidade, entre elas as ruas Francisco Paolinelli e Alonso Teixeira Marra. De acordo com ele, vários outros seriam construídos nos meses seguintes, sendo “um mal necessário” à sociedade.

O líder confirmou o início das obras no

Bairro Aparecida, reivindicadas pelos moradores durante audiência pública realizada pela Câmara naquele bairro. Ele destacou o trabalho de seu colega Onaldo José dos Santos, que sempre lutou em favor das melhorias a serem feitas naquelas ruas.

Sobre as obras no Lavapés, o vice-presidente Marcelo destacou a importância da iniciativa e revelou um diálogo mantido com o chefe do Poder Executivo, que acabou redundando na pavimentação de setecentos metros de via. Ele também elogiou as colocações de quebra-molas, devido à importância desses redutores para a segurança os usuários das vias.

Onaldo José dos Santos – líder do PV, disse ser aquele momento de agradecimento a Deus, aos seus colegas e à administração municipal, pelas obras em realização no Bairro Aparecida, como também em vários outros pontos do município. O parlamentar lembrou a obra de calçamento realizada há muitos anos pelo ex-prefeito Silas Faleiro, já falecido, após a qual nenhuma outra foi realizada. Ele afirmou que o calçamento foi muito bem feito, segurando aquelas vias por muitos anos, mas a massa asfáltica agora conseguida é muito importante para melhorar as condições de uso, tanto de

veículos como de pedestres, acabando com o problema de escoamento de águas pluviais.

Dirceu da Silva, líder do PSD, também parabenizou a administração municipal pelo conjunto de obras em execução na cidade, distrito de Bom Jardim das pedras, povoados e especialmente no Bairro Aparecida, onde já não acreditava que algo pudesse ser feito ainda nesta administração.

Gilberto Arnaldo de Freitas - Betinho (PSD) reforçou a importância da audiência pública realizada pela Câmara no Bairro Aparecida, que propiciou o encaminhamento das obras ora em execução no local. Para ele os vereadores estavam tirando um peso de suas almas, pois notava-se o brilho nos olhos dos moradores no dia em que as obras foram iniciadas.

Concluindo as manifestações, o presidente do Legislativo, vereador Antônio Pinto de Vasconcelos (PSD) também aplaudiu a administração municipal pelas obras, como também a todos os vereadores que votaram favoravelmente à aprovação do Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento (FINISA) junto à Caixa Econômica Federal, proporcionando a realização das obras no Bairro Aparecida.

Jardim América terá Unidade de Pronto Atendimento



Volney Henrique

Um agradecimento especial ao prefeito de Carmópolis de Minas, Geraldo Antônio da Silva (PSD), foi feito pelo vereador José Munir Machado (PSDB) - *foto* -, durante a sessão legislativa ordinária realizada no dia 10 de agosto de 2020, em vista do processo de licitação aberto para início da construção de uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) no Bairro Jardim América.

O parlamentar manifestou sua satisfação com a notícia, pois lembrou ter sido aquela obra fruto de uma luta muito grande desenvolvida nos últimos quatro anos.

Da mesma forma ele congratulou-se com o poder público pelo desenvolvimento das obras de pavimentação de muitas ruas da cidade, especialmente nos bairros Santo Antônio, Fátima e Aparecida. Segundo ele, muita gente não acreditava que ruas do Bairro Aparecida seriam realmente asfaltadas, como bem sabe seu colega Onaldo José dos Santos – líder do PV.

Munir também citou como motivo de alegria as obras nas estradas do Japão Grande e distrito de Bom Jardim das Pedras, onde a comunidade será

bem atendida com os dois quilômetros de pavimentação, cujos trabalhos já foram iniciados e que, a seu ver, foi uma obra bem pensada, pois beneficiará moradores da beira da estrada, tanto do distrito como da cidade, acabando com problemas crônicos como poeira, tendo ele recebido agradecimentos por ter votado a favor do projeto Finisa. Revelando que não mais será candidato, Munir disse que encerra suas atividades políticas com chave de ouro, deixando boas lembranças de sua representação na Câmara em favor do povo carmopolitano.

O vice-presidente do Legislativo, Marcelo de Freitas dos Reis (DEM) lembrou ter sido o idealizador da construção da Unidade de Pronto Atendimento a ser erguida no Bairro Jardim América. Revelou que o posto era para ser construído próximo ao campo do Tupanuara, local que ele considerava inadequado. Teve, então, uma conversa com o prefeito, na qual foi decidido o novo local de construção da unidade, que atenderá a população dos bairros Jardim América, Jardim Boa Vista, parte do Santo Antônio, sendo uma obra que ficará na história.

Vereador diz “tirar o chapéu” para obras no Japão Grande



Volney Henrique

As obras municipais que se processam na estrada que liga a região urbana de Carmópolis de Minas ao povoado Japão Grande foram motivo de pronunciamento do vereador Dirceu da Silva, líder do PSD - *foto* -, durante a sessão ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 10 de agosto de 2020. Para ele, trata-se de uma obra de grande porte, que está sendo muito bem executada e para a qual “tira o chapéu”.

Dirceu afirmou que os moradores estão muito satisfeitos com a iniciativa da Prefeitura, sendo uma obra que agraciou aquela comunidade, por estar próxima à Rodovia Fernão Dias e, por isso, teve todo o acesso de cerca de 2 quilômetros devidamente pavimentado.

O vereador observou que a estrada do distrito de Bom Jardim das Pedras, que tem grande movimento de veículos, terá boa parte asfaltada e o restante poderia receber um trabalho de alargamento, além da retirada de enxurrada e compactação, nos moldes do que está sendo

feito nos trechos que vão receber o asfalto, aproveitando o maquinário da empreiteira que já se encontra próximo desse trecho. Isso deixaria a via em plenas condições de uso e a comunidade muito bem servida. Para o parlamentar, o próximo prefeito terá uma boa oportunidade de concluir ou pelo menos adiantar um pouco mais a obra que está sendo realizada.

“Se cada prefeito dos últimos seis mandatos tivesse realizado um quilômetro de asfalto daquela estrada, hoje a ligação já estaria completamente pavimentada”, avaliou Dirceu, para quem o atual prefeito e os vereadores que aprovaram o projeto terão o privilégio do pontapé inicial, ficando esse gesto marcado na história de Carmópolis.

O líder lembrou, ainda, as inúmeras reivindicações feitas por moradores dos trechos beneficiados, em vista do sofrimento com poeira. Ele também citou as várias ruas a receberem pavimentação no distrito, obras que beneficiarão a comunidade em muitos aspectos.

Câmara autoriza antecipação de pagamentos para o transporte escolar

O Poder Executivo de Carmópolis de Minas foi autorizado pela Câmara Municipal a conceder, em caráter emergencial e excepcional, a antecipação do pagamento pela prestação do serviço de transporte escolar, a prestadores regularmente contratados por meio de processo licitatório, em decorrência da suspensão das atividades educacionais e consequente suspensão da prestação de serviços de transporte, como medida para mitigar os reflexos econômicos e financeiros por conta do estado de calamidade decretado em razão do enfrentamento da pandemia do novo coronavírus - Covid-19.

O adiantamento contratual poderá ser realizado no valor de até um mil e quinhentos reais mensais por contrato, durante a suspensão das aulas, limitado ao final do exercício de 2020, conforme aceitação e assinatura de Termo de Autocomposição Amigável de Contrato Administrativo celebrado com o Município de Carmópolis de Minas, desde que não ultrapasse 50% do valor mensal recebido pelo licitante.

O valor do adiantamento contratual será devidamente compensado e abatido quando da retomada das atividades educacionais e da prestação de serviço de transporte escolar, de forma fracionada conforme for anuído em acordo, sem prejuízo da compensação pelo adiantamento já promovido.

O adiantamento contratual terá caráter indenizatório, não incidindo, neste primeiro momento, impostos ou descontos, o que será feito quando da retomada da prestação de serviços e consequentes pagamentos regulares dos contratos, hipótese em que o valor do adiantamento contratual comporá a base de cálculo de impostos e descontos, sem prejuízo do abatimento e compensação.

Se, por qualquer motivo, o transportador escolar contemplado com o adiantamento contratual não promover a prestação de serviços que possibilite a compensação e abatimento pertinentes, os valores ora percebidos constituirão crédito em favor do município.

Justificativa

Justificando a iniciativa, o prefeito Geraldo Antônio da Silva (PSD) citou decisões do Tribunal de Contas da União (TCU), Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG) e legislação vigente para comprovar a legalidade do ato.



Volney Henrique

Com relação aos contratos firmados pela Prefeitura com os prestadores de serviços, o mandatário destacou a Medida Provisória n.º 961, de 6 de maio de 2020, que autorizou a administração pública de todos os entes federativos, de todos os poderes e órgãos constitucionalmente autônomos, o pagamento antecipado nas licitações e nos contratos pela administração, desde que represente condição indispensável para obter o bem ou assegurar a prestação do serviço ou propicie significativa economia de recursos.

Ainda de acordo com o prefeito, ocorrendo pagamentos por serviços de forma antecipada, cabe à administração pública se precaver com instrumentos jurídicos que possa resguardar o erário de possíveis prejuízos futuros. Salienta que, para que isso ocorra, deverão ser aditivados os contratos com cláusulas que assegurem o cumprimento do objeto e, se possível, com a utilização de mecanismos de garantias que impeçam um possível dano ao erário.

Assim, para o município realizar a antecipação de pagamentos integral ou parcialmente, deve-se atender as condições estabelecidas na Medida Provisória, ou seja, representar condição indispensável para obter a prestação do serviço ou propiciar significativa economia de recursos.

Observou o prefeito que, nesse cenário, deve o gestor sopesar as possíveis medidas em um contexto amplo, de forma a atender da melhor forma o interesse público, sem perder de vista a adequação das decisões tomadas às restrições legais, orçamentárias e financeiras impostas ao ente público. Diante do exposto, entende-se que há possibilidade de realização de antecipação de pagamentos nos contratos firmados entre o município e o prestador de serviço, durante o período da pandemia e da validade da

Medida Provisória 961/2020.

Salienta que, para que isso ocorra, deverão ser aditivados os contratos com cláusulas que assegurem o cumprimento do objeto e, se possível, com a utilização de mecanismos de garantias que impeçam um possível dano ao erário, sendo que todo o procedimento será realizado pela administração pública no qual será uma opção do licitante.

Sobre o assunto, o secretário da Mesa diretora da Câmara, vereador Gilberto Arnaldo de Freitas - Betinho (PSD) revelou, durante a sessão que aprovou a matéria, sua preocupação com a forma como as parcelas adiantadas serão descontadas nos totais a serem recebidos pelos condutores, a partir do momento em que a situação do transporte escolar se regularizar, pois isso pode deixá-los em dificuldades. Para ele o mais justo seria que esses descontos fossem diluídos ao longo de um ano, da melhor maneira para os profissionais.

O vice-presidente do Legislativo, Marcelo de Freitas dos Reis, informou que os condutores que aderiram à proposta já estavam cientes de que o retorno do total adiantado seria feito em várias parcelas para não sacrificar nenhum deles, pois trata-se realmente de um empréstimo que futuramente terá de ser pago. O vice-presidente também esclareceu que tudo estava sendo feito dentro da legalidade, de forma limpa e transparente, conforme parecer já exarado pelo setor jurídico da Prefeitura.

Geraldo Lucas (PV), líder do governo no plenário, parabenizou o Poder Executivo pela iniciativa. Destacou, entretanto, ser importante fazer uma ressalva quanto aos prazos do processo licitatório, que vencerá em fevereiro de 2021, sendo possível sua prorrogação.

José Munir Machado (PSDB)

deixou registrado que seu voto era favorável, em vista do parecer jurídico da Câmara e nos pareceres das comissões permanentes.

Projeto já havia recebido comentários de vereadores

O projeto que autoriza o Poder Executivo a antecipar pagamentos pela prestação de serviços relativos ao transporte escolar foi comentado pelo vice-presidente da Câmara, vereador Marcelo de Freitas dos Reis, durante a sessão ordinária do Legislativo realizada no dia 31 de agosto de 2020. Marcelo revelou sua satisfação com o trâmite da matéria, pois havia levantado a questão no plenário da Casa e encaminhado requerimento ao Poder Executivo logo no início da pandemia.

Lembrou, ainda, ter acompanhado de perto a evolução da causa, com reuniões realizadas na Prefeitura junto ao setor jurídico e diretamente com o prefeito Geraldo Antônio da Silva (PSD). Também se reuniu com os profissionais do setor na Câmara. A antecipação, segundo Marcelo, era necessária porque a maioria dos condutores de veículos escolares vive apenas com essa renda, que foi descontinuada devido à pandemia.

“É gratificante quando você encabeça uma reivindicação dessas e ela é atendida”, disse o vereador, salientando que os motoristas merecem, uma vez que prestam relevantes trabalhos ao município. E acrescentou que a partir daquele momento caberia à Câmara votar a matéria o mais rápido possível, para que os condutores possam receber os recursos, pois há mais de cinco meses não caia um centavo em suas contas bancárias.

Marcelo agradeceu ao prefeito pela atitude e bom senso em relação aos profissionais do transporte escolar.

O vereador Célio Roberto Azevedo (PSD) também destacou a tramitação do Projeto. Para ele, diante das dificuldades que aquela categoria profissional vinha enfrentando, devido à paralisação das aulas presenciais por conta da pandemia do novo coronavírus, a iniciativa representava o primeiro passo para aliviar as necessidades desses profissionais.

Gilberto Arnaldo de Freitas - Betinho (PSD) engrossou os argumentos favoráveis à antecipação dos pagamentos, considerando ser o projeto de grande valia para o setor.

Resolução reabre prédio da Câmara para atendimento ao público

Por meio do projeto de Resolução n.º 06, aprovado por unanimidade na sessão ordinária realizada no dia 28 de setembro de 2020, o prédio da Câmara Municipal de Carmópolis de Minas foi reaberto para atendimento ao público em geral, sendo obrigatório o distanciamento de dois metros entre as pessoas, higienização com álcool em gel na entrada do prédio e uso obrigatório de máscara, como medidas de segurança contra o novo coronavírus.

Será permitida a participação do público em geral nas sessões ordinárias e extraordinárias, não ultrapassando o número de trinta visitantes por sessão,

observadas as medidas de segurança. O uso da Tribuna Livre será limitado a uma inscrição por sessão. Foram revogadas as resoluções 03, de 23 de março de 2020 e 04, de 28 de março de 2020.

Sobre o projeto, o vereador Geraldo Lucas (PV), líder do governo no plenário, afirmou que os membros da Comissão de Legislação, Justiça e Redação deram parecer favorável à matéria, levando em consideração a queda da transmissão do novo coronavírus no país e no município e obedecendo aos devidos critérios de distanciamento e outros que se façam necessários para a preservação da saúde de todos.

Senadores avaliam futuro da Lava Jato

Em defesa da operação Lava Jato, senadores elogiaram o Supremo Tribunal Federal por levar de volta para o Plenário da Corte as decisões sobre ações penais, que ficavam sob a responsabilidade das turmas. Alguns também criticaram declaração do presidente Jair Bolsonaro de que teria ele acabado com a operação.

O senador Alvaro Dias (Podemos-PR) celebrou a decisão do STF de transferir para o Plenário o julgamento de inquéritos e ações penais, que inclui as da Lava Jato. Elas vinham sendo decididas pela Segunda Turma da Corte, onde está o ministro Celso de Mello e outros quatro ministros. Com a mudança, os 11 ministros do Supremo julgarão as ações e decidirão juntos sobre o

recebimento de denúncias em casos envolvendo políticos respondendo por crimes comuns. Desde 2014, as duas turmas avaliavam essas situações. A mudança foi proposta pelo presidente do Supremo, Luiz Fux.

“Parabéns, ministro Fux. A partir de uma proposta apresentada por ele, a Corte decidiu transferir para o plenário o julgamento de inquéritos e ações penais. Desta forma, a análise dos processos da Lava Jato sairá da Segunda Turma, que tem imposto sucessivas derrotas à operação, nas últimas semanas, durante a licença médica de Celso de Mello. Com a mudança, Gilmar Mendes, que preside a Segunda Turma, também perde o poder de pautar o julgamento das denúncias”, escreveu Álvaro em sua conta em

uma rede social.

O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) chamou a atenção para a declaração do presidente Jair Bolsonaro, segundo a qual ele “acabou” com a Operação Lava Jato porque, no governo atual, “não há corrupção a ser investigada”. “A atuação de Bolsonaro, de fato, desmantelou os mecanismos de combate à corrupção no país. Aos moldes da ditadura, diz não existir corrupção quando interfere na realização de investigações. Seria piada se não fosse uma afronta ao nosso Estado democrático”, apontou Randolfe.

O senador Renan Calheiros (MDB-AL) afirmou que o presidente Jair Bolsonaro está certo ao combater um “estado policialesco” no país.

Fonte: Agência Senado

Projeto obriga o SUS a oferecer versão expandida do teste do pezinho

O Projeto de Lei 5106/20, que tramita na Câmara dos Deputados, obriga o Sistema Único de Saúde (SUS) a oferecer gratuitamente a versão expandida do teste do pezinho em hospitais públicos e conveniados. O texto altera o Estatuto da Criança e do Adolescente.

O objetivo é permitir o diagnóstico precoce de até 50 tipos de enfermidades em recém-nascidos, incluindo doenças raras e de origem genética. A versão básica do exame atualmente oferecida detecta até seis doenças: fenilcetonúria, hipotireoidismo congênito, doença falciforme, fibrose cística, hiperplasia adrenal congênita e deficiência de biotinidase.

Hoje a versão expandida do

exame só é oferecida por laboratórios, hospitais e maternidades particulares.

Para o autor do projeto, deputado Augusto Coutinho (Solidariedade-PE), expandir a lista de doenças que podem ser detectadas precocemente a partir de uma simples gota de sangue extraída do calcanhar de recém-nascidos é expandir também a possibilidade de vida saudável de muitas crianças.

“O teste do pezinho expandido é capaz de detectar cerca de 50 tipos de doenças. A realização dos exames e o início imediato do tratamento pode significar para as crianças a diferença entre uma vida plena e sem sequelas e uma vida cheia de restrições, com complicações que podem levar até mesmo à morte”, afirma o autor.

Fonte: Agência Câmara Notícias

Acúmulo de lixo às margens de córrego prejudica uso de avenida



Volney Henrique

A reunião ordinária da Câmara Municipal de Carmópolis de Minas realizada no dia 21 de setembro de 2020 foi marcada pelo pronunciamento do vereador Onaldo José dos Santos – líder do PV (foto), reforçando os argumentos apresentados por ele em requerimento aprovado pelo plenário naquela sessão, solicitando que fosse efetuada limpeza às margens do Córrego Lavapés, a pedido de moradores e usuários da Avenida Ipê Amarelo, tendo em vista o acúmulo de lixo no local.

De acordo com o autor, havia muito entulho de construção ao longo do trecho, além de garrafas pet e sacolinhas de lixo doméstico atiradas por pessoas oriundas de sítios. Ele também citou a ocorrência de fogo nesses locais, agravando a situação. Onaldo argumentou, ainda, que uma limpeza do capim às margens do córrego também ajudaria a resolver o problema. Ele também pediu ao Serviço de Saneamento Ambiental Municipal (SESAM) que instalasse placas educativas ao longo da via.

O líder da bancada do PSDB, vereador Antônio Gabriel Francisco Rabelo Lara, endossou os termos do requerimento de Onaldo, lembrando que os vereadores já se cansaram de

pedir esse tipo de limpeza, não apenas naquele trecho, mas em vários pontos da cidade, nas reservas legais onde ocorre esse tipo de poluição, muitas vezes por falta de colaboração do SESAM, que não atendia os pedidos feitos por ele e por outros vereadores na Câmara. O líder pediu a colocação de lixeiras nos povoados, evitando assim que sítiantes descartem lixo em locais impróprios. Para o vereador, esta é a forma correta de contribuir para a melhoria das condições do meio ambiente.

Geraldo Lucas (PV), líder do governo no plenário, destacou o ótimo trabalho prestado pelo SESAM ao município, embora sempre tenham alguns questionamentos e pontos a serem melhorados. Ainda sobre o SESAM, ele reiterou ofícios já encaminhados, inclusive por outros vereadores, sobre a Rua Bento Belizário, onde o Serviço de Saneamento necessitou fazer um trabalho e não deixou o calçamento nas boas condições em que se encontrava, estando com vários bloquetes soltos e se deslocando de seus lugares, além da ocorrência de afundamentos. Para ele a situação no local gera perigos de acidentes e por isso esperava que os pedidos pudessem ser atendidos.

Legislativo aprova crédito adicional para ações contra a Covid-19

A Câmara Municipal de Carmópolis de Minas aprovou, em sessão extraordinária realizada no dia 4 de setembro de 2020, o Projeto de Lei (PL) n.º 20, de autoria do Poder Executivo Municipal, abrindo crédito adicional especial no valor de R\$ 647.000,00 na Lei Orçamentária Anual (LOA) para manutenção das ações de combate ao novo coronavírus –

Covid-19.

Fica autorizada a inclusão na Lei Ordinária n.º 2.185 de 29 de novembro de 2017 - Plano Plurianual - PPA previsto para o quadriênio 2018/2021, o programa e o projeto/atividade especificado no PL.

O crédito adicional especial será coberto com recursos, em igual importância, provenientes de recursos recebidos do governo federal,

conforme portarias publicadas do Ministério da Saúde, através do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Custeio SUS.

Em caso de necessidade, fica autorizada a utilização de recursos decorrentes de suplementação de receita, nos termos do artigo 2º da Lei Ordinária n.º 2.256, de 23 de dezembro de 2019 - Lei Orçamentária Anual e suas alterações.

Carmópolis elege novo prefeito e vereadores

**Veja os nomes e a votação dos 11 parlamentares eleitos *Lista completa mostra todos os candidatos e o número de votos de cada um*

Foram eleitos no domingo, dia 15 de novembro de 2020, o prefeito, o vice e os onze vereadores que exercerão os poderes Executivo e Legislativo de Carmópolis de Minas pelos próximos quatro anos. A posse de todos eles ocorre no dia 01 de janeiro de 2021. José Omar Paolinelli (PSD) – Dedé é o novo prefeito. Ele obteve 6.400 votos (58,87%), contra 3.554 (32,69%) de Antonio Jose Lara (PSDB) - Dr Antonio Lara. O vice-prefeito eleito é Leir de Oliveira Lebron (PV). O candidato Carlos Alberto Alves Pereira (Solidariedade) - Carlos Caap - Gordo do Clóvis ficou em terceiro lugar, com 570 votos (5,24%), seguido por Antonio Carlos (PSL) - Toninho da Maria com 347 votos (3,19%).

Vereadores eleitos, por ordem alfabética

Antonio Gabriel Francisco Rabelo Lara (PSDB) - Antonio Gabriel > 402 votos
Antonio Pinto de Vasconcelos (PSD) - Tonho da Norica > 331 votos
Célio Roberto Azevedo (PSD) - Celinho da Saúde > 458 votos
Claudinei Vicente da Silveira (PV) - Tade do Japão > 280 votos
Dirceu da Silva (PSD) - Dirceu da Gerais > 368 votos
Fernando Luis Rabelo Lebron (PV) - Fernando do Leir Lebron > 344 votos
Geraldo Lucas de Lima e Silva (PV) - Lucas do Geraldo Touro > 606 votos
Jaqueline Emilia Luciano (PV) - Jaqueline do Bom Jardim > 477 votos
João Francisco Vieira (PSD) - João do Inhozinho > 306 votos
José Laercio da Silveira (DEM) - Laércio do Galdino > 282 votos
Marcelo de Freitas dos Reis (DEM) - Marcelo Freitas > 291 votos

Suplentes e não eleitos, por ordem apresentada pelo TSE

Afonso Costa Leite (PSDB) - Afonso da Copobrás > 82 votos - Suplente
Palmerio Alex Castro Ferreira (PSDB) - Alex Enfermeiro > 254 votos - Suplente
Aline Graziela Costa Rezende (PSL) - Aline > 59 votos - Não Eleita
Alinny de Marilak Machado - Alinny (Solidariedade) > 05 votos - Não Eleita
Amarildo Faleiro Ozorio (Solidariedade) - Amarildo do Zé Ozorio > 65 votos - Não Eleito
Sebastião Archanjo de Goes (PSD) - Archanjo > 149 votos - Suplente
Gilberto Arnaldo de Freitas (PSD) - Betinho do Juca > 284 votos - Suplente
Brigida Coelho Pagliaminuta (DEM) Brígida > 12 votos - Suplente

Carlos Henrique dos Reis (DEM) - Carlos Reis > 211 votos - Suplente
Anisio Celio Costa (PSL) - Célio da Vargem > 30 votos - Não Eleito
Maria Aparecida Moura Freitas (DEM) - Cida Moura > 44 votos - Suplente
Clemente Pereira (DEM) - Clemente do Nenê > 60 votos - Suplente
Cleunice Aparecida Amaral (PSDB) - Cleunice Amaral > 86 votos - Suplente
Cristiane Paolinelli Rabelo (PV) - Cristiane Paolinelli > 89 votos - Suplente
Maria Cristina de Jesus Xavier (PSL) - Cristina Budica > 05 votos - Não Eleita
Antônio Constância Neto (PSD) - Cuecão > 87 votos - Suplente
Daniel Wagner Borges (PV) - Daniel Fotógrafo > 76 votos - Suplente
Jose Darlon Amaral (PSL) - Darlon do Bom Jardim > 56 votos - Não Eleito
Vital de Souza Santos (PSD) - Diego Vital > 195 votos - Suplente
Benedito Luiz da Silva (DEM) - Dito Motorista da Saúde > 269 - Suplente
Douglas Antonio Penido (Solidariedade) - Douglas Penido > 41 votos - Não Eleito
Édina Cristina Machado (PSD) - Édina do Munir > 185 votos - Suplente
Edson Carlos de Aquino (PV) - Edson da Carmodiesel > 95 votos - Suplente
Eliane Alves de Souza Jesus (PSL) - Eliane do Pega Lobo > 00 votos - Não Eleita
Eliane de Souza (DEM) - Eliane Fisioterapeuta > 92 votos - (Suplente)
Ernani do Carmo de Carvalho (PSD) - Ernani Carvalho > 64 votos - Suplente
Fabio Faleiro Lima (PSDB) - Fabinho do Geraldo Melancia > 149 votos - Suplente
Fernanda do Carmo Martins - Fernanda da Jandira (DEM) > 63 votos - Suplente
Gercina Aparecida Lima Vilela (PSDB) - Gercina Lima > 22 votos - Suplente
Gervasio Jose da Silva (Solidariedade) - Gervasio do Taxi > 36 votos - Não Eleito
Heliane Aparecida do Carmo Resende Andrade (PSL) - Heliane Advogada > 10 votos - Não Eleita
Jessica Gleissiene dos Santos (Solidariedade) - Jessica do Levi do Frango > 09 votos - Não Eleita
João Batista Ananias (PSL) - João do Milho > 29 votos - Não Eleito
João Vitor Leite Rabelo (PSD) - João Vitor (Neto do João Dedé) > 201 votos - Suplente
José Ricardo de Souza (PSL) - José Ricardo Madereira > 29 votos - Não Eleito
Jose Vanir da Silva (PSL) - Jose Vanir > 40 votos - Não Eleito
Katia Rosa Gelape (PV) - Kátia do Chiquito > 83 votos - Suplente
Kellen Aparecida Alves Bicalho (PSD) - Kellen > 15

votos - Suplente
Carlos Rodrigues Lara (PV) - Kiko Lara > 95 votos - Suplente
Kilder Daniel Ribeiro de Freitas (PSDB) - Kilder do Ponto Certo > 148 votos - Suplente
Geraldo Magela dos Anjos (Solidariedade) - Ladinho Pedreiro > 15 votos - Não Eleito
Maria Helena Machado (PSD) - Lena do Bom Jardim > 44 votos - Suplente
Luciana Alzira Guimarães Morais (PSD) - Luciana Guimarães > 54 votos - Suplente
Luciano Henrique de Castro (PSL) - Luciano Mamão > 66 votos - Não Eleito
Marcilia Soraia Rios Oliveira (Solidariedade) - Marcilia do Nenzinho > 16 votos - Não Eleita
Maria Eduarda Lima Silveira (Solidariedade) - Maria Eduarda Lima > 33 votos - Não Eleita
Marina Morena Domingos de Souza (Solidariedade) - Marina do Eliseo Domingos > 04 votos - Não Eleita
Marisa Scofield (PV) - Marisa Scofield > 14 votos - Suplente
Onaldo José dos Santos (PV) - Naldo Motorista da Saúde > 189 votos - Suplente
Alyson Antonio de Jesus (Solidariedade) - Negão do Pará > 22 votos - Não Eleito
Neide de Lourdes Silveira Almeida (PSDB) - Neide Costureira > 21 votos - Suplente
Noeli Maria de Carvalho Vasconcelos (Solidariedade) - Noeli > 64 votos - Não Eleita
Odair Amorim (PV) - Odair do Sindicato > 77 votos - Suplente
Odair Regino de Souza (Solidariedade) - Odair do Taxi > 45 votos - Não Eleito
Odilon Batista de Faria (Solidariedade) - Odilon do Pará > 24 votos - Não Eleito
Jose Fernando de Jesus (PSL) - Pega Lobo > 124 votos - Não Eleito
Sebastião Márcio Lima (DEM) - Pepino > 260 votos - Suplente
Antônio Ferreira Borges Sobrinho (PSD) - Pezão do Bar > 91 votos - Suplente
Cherteman Pereira de Oliveira (DEM) - Professor Cherteman > 198 votos - Suplente
Silvio Edesio Menon (PSL) - Silvio do Japão > 56 votos - Não Eleito
Antônio Carlos Coelho (PV) - Toninho da Cirleia > 199 votos - Suplente
Antônio Henrique da Silva (PV) - Toninho Motorista da Saúde > 144 votos - Suplente
Mauricio Antonio de Lima (PSL) - Veio Vistoriador > 27 votos - Não Eleito
Vera Lúcia Viana Castro (PV) - Vera Viana > 143 votos - Suplente
Wesley Guilherme Rios Padilha (PSDB) - Wesley Rios > 41 votos - Suplente
Whatiffa Francielly dos Santos Nogueira (PSD) - Whatiffa do Nogueirinha > 290 votos - Suplente
Jose de Souza Campos (PV) - Zé Dama > 217 votos - Suplente

— REQUERIMENTOS —

João Francisco Vieira (PSD)

Rua Isaura Ferreira Borges – Que seja providenciada a colocação de fresa ou escória na Rua Isaura Ferreira Borges no Distrito de Bom Jardim das Pedras, atendendo reivindicação dos moradores e usuários, para amenizar a poeira no local.

Bom Jardim das Pedras - Que seja providenciada reforma no passa-gado localizado na divisa da propriedade do senhor Gabriel com a da senhora Luiza, no Distrito do Bom Jardim, tendo em vista que o mesmo está correndo risco de desabar.

Rua dos Machados - Que seja efetuado, em caráter de urgência, o patrolamento da Rua dos Machados, localizada no Distrito de Bom Jardim das Pedras.

Marcelo de Freitas dos Reis (DEM)

Cachoeira da Laje - Que seja feita operação tapa-buracos na entrada da rua de acesso ao Povoado da Cachoeira da Laje até à ponte, tendo em vista que foi colocada fresa asfáltica no local e os moradores tiveram gastos com óleo diesel, e após um serviço executado pelo SESAM, a via foi danificada.

Rua Maria da Conceição Santos

Atendendo reivindicação dos moradores e usuários da Rua Maria da Conceição Santos, no Bairro Lava-pés, que seja providenciada a colocação de quebra-molas na via mencionada, devido ao excesso de velocidade com que os veículos trafegam no local.

Rua Juca Percílio - Atendendo reivindicação do senhor Célio de Paula, a colocação de meio-fio na Rua Juca Percílio, no Bairro Nossa Senhora de Fátima, nas proximidades do número 138 a 174, tendo em vista que o solicitante relatou que as águas das chuvas estão entrando em frente à sua residência.

Onaldo José dos Santos (PV)

Avenida Ipê Amarelo - Atendendo reivindicação dos moradores e usuários da Avenida Ipê Amarelo, que seja efetuada uma limpeza às margens do Córrego Lava-pés, tendo em vista o acúmulo de lixo no local.

Povoado Vargem Grande - Atendendo a reivindicação dos moradores e usuários do Povoado da Vargem Grande, que seja providenciado o patrolamento na estrada de acesso ao referido povoado, iniciando-se na BR- 381 e pegando os galhos

até chegar na propriedade de espólio dos herdeiros do senhor João Nogueira.

Rua Antônio Gonçalves Lara - Que seja providenciada a limpeza da Rua Antônio Gonçalves Lara, localizada no Bairro Santo Antônio.

Gilberto Arnaldo de Freitas - Betinho (PSD)

Córrego Fundo - Que seja vista a possibilidade de efetuar a troca das manilhas próximas ao terreno do senhor conhecido popularmente como “Totonho do José Paulo”, no local denominado Córrego Fundo, no Povoado do Japão Grande, uma vez que as mesmas estão sendo insuficientes para o escoamento da água no local.

Rua Antônio Neto - Que seja efetuado o recapeamento ou a manutenção do calçamento na Rua Antônio Neto, no trecho que vai do “Bar do Rita”, até a Rua Rolindo Marques, tendo em vista que foi liberado o trânsito de mão dupla no local.

Japão Grande - Que seja efetuada a limpeza das ruas do povoado do Japão Grande, próximo ao meio-fio, uma vez que o local está com muita terra e resto de material de construção.

Câmara elogia obras de asfaltamento iniciadas no município



Volney Henrique

As obras de asfaltamento iniciadas nas regiões urbana e rural de Carmópolis de Minas foram destacadas por vereadores, durante a sessão ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 28 de setembro de 2020.

João Francisco Vieira (PSD) - **foto** - agradeceu ao prefeito pelo início do asfaltamento no distrito de Bom Jardim das Pedras, com presença dele, do secretário de Obras Carlos Antônio do Nascimento e do vereador Dirceu da Silva, líder (PSD), com a pavimentação das ruas Newton Ferreira Leite e Gervásio Pinto. João Francisco manifestou sua satisfação em ver a alegria dos moradores e estendeu seu agradecimento à Câmara de Vereadores.

Da mesma forma João Francisco comunicou a realização de um grande sonho daquele distrito, que seria o início da pavimentação da Rua Aniel Agreste, compromisso assumido pelo prefeito em vista das péssimas condições daquela via, que apresentava muitos buracos e onde residem pessoas idosas, com dificuldades de locomoção. Ele acrescentou, ainda, que o asfaltamento ocorria depois de muitos pedidos seus ao Poder Executivo.

Célio Roberto Azevedo (PSD) agradeceu à administração municipal pelo início das obras no Bairro Lava-pés, pavimentação muito aguardada pelos moradores e que foi pedida por ele várias vezes no plenário. Célio também agradeceu aos seus colegas vereadores que o apoiaram na iniciativa, citando nominalmente o vice-presidente da Casa, Marcelo de Freitas dos Reis (DEM) e Geraldo Lucas (PV), líder do governo no plenário.

Geraldo Lucas (PV), líder do governo no plenário, destacou as obras que vinham sendo realizadas em diversos bairros de Carmópolis de Minas, que têm trazido significativas melhorias para a população, especialmente no que diz respeito à mobilidade urbana. Ele parabenizou a administração municipal pela forma como tem se desenvolvido o trabalho

e agradeceu os vereadores que colaboraram com essa conquista.

Sobre o mesmo assunto o vereador Marcelo de Freitas dos Reis, líder do Democratas, lembrou ter sido muito cobrado a respeito de parte da Avenida Ipê Amarelo que fica ao fundo das casas populares do Bairro Lava-pés, trecho que apresentava muitos buracos e poeira, realmente necessitando das melhorias. Ainda no Lava-pés Marcelo citou as obras realizadas nas ruas Antônio Miguel de Aquino e Antônio Evaristo da Silva Barros, reivindicação antiga dos moradores. Ele disse ter visitado essas vias, constatando a satisfação dos moradores. E acrescentou que agora passa a esperar pelas obras na Rua Professor Maravilha.

Sobre a Avenida Padre Jair Pereira, Marcelo afirmou ter sido muito proveitosa a cobrança feita pelos vereadores no plenário da Câmara, tendo a Comissão de Trânsito iniciado as providências, com rebaixamento da placa informativa. Para o vereador, a proibição de trânsito de veículos pesados com certeza beneficiará os moradores e usuários, que ficarão mais bem protegidos, sendo esta sua grande preocupação.

Para Onaldo José dos Santos - líder do PV, naquele momento as aguardadas obras eram uma realidade no município, com ruas sendo pavimentadas, tendo ele a alegria de fazer parte dessas conquistas.

Gilberto Arnaldo de Freitas - Betinho (PSD) elogiou a maneira como as obras estavam sendo executadas e falou sobre a importância do trabalho de fiscalização a ser feito pelos vereadores em cada via contemplada. Ele revelou já ter levado ao conhecimento do Poder Executivo alguns acertos a serem executados antes que a empresa responsável conclua os serviços, evitando, assim, problemas que já ocorreram em localidades como os povoados da Formiga e Prata, onde a pavimentação apresentou falhas somente percebidas após a retirada dos equipamentos e máquinas dos locais.

Mulheres pedem apoio do Estado contra violência doméstica

Representantes da sociedade civil pediram que o Governo de Minas use sua estrutura de comunicação para ajudar na divulgação da campanha Sinal Vermelho para a Violência Doméstica, realizada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB). A demanda foi feita em audiência pública da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG).

A campanha, realizada em Minas Gerais em parceria com a Drogaria Araújo e a Rede Farma, foi lançada nacionalmente em 10 de junho deste ano, segundo o portal da AMB. A proposta é de que a mulher vítima de violência doméstica desenhe um “X” vermelho na palma da mão e mostre a qualquer atendente da farmácia, que, ao ver o sinal, deverá acionar a autoridade policial imediatamente pelo telefone 190. A campanha já conta com a adesão de mais de 10 mil farmácias em todo o Brasil. Em Minas, o Conselho Regional de Farmácias aderiu à iniciativa.

De acordo com a coordenadora do Movimento de Mulheres da Zona Norte de Belo Horizonte e do Movimento Mais Minas no Estádio, Adriana Ferreira, a pandemia de covid-19 “piorou outra pandemia no País”, a da violência doméstica. Segundo ela, a restrição de ir e vir imposta pelo isolamento social tornou ainda mais precária a situação de muitas mulheres. “Quantas delegacias estão em funcionamento? Não temos mais contato com pessoas, não temos a quem recorrer. Mas a farmácia fica

aberta 24 horas, o que nos possibilita pedir socorro. São apenas duas ações: fazer o “X” vermelho na mão e o atendente discar 190. E se a mulher não puder ficar aguardando o policial, ele é solicitado a ir à casa dela”, explicou.

Adriana elogiou a atuação da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da ALMG, que, segundo ela, possibilita que as demandas das mulheres mineiras “possam existir”.

A juíza e diretora da AMB, Maria Domitila de Prado Manssur, manifestou revolta pelo fato de o Brasil ter uma legislação avançada de combate à violência contra a mulher, representada pela Lei Maria da Penha, e simultaneamente ter índices preocupantes de agressão. “O Brasil ocupa o 5º lugar mundial no ranking de países que mais agredem os direitos humanos de mulheres e meninas. A informação é do Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos. Uma mulher é agredida a cada quatro minutos no País. Precisamos mudar isso. As farmácias foram escolhidas por terem grande credibilidade junto à população. Tivemos 90 dias para desenvolver essa campanha em Minas, envolvemos as Guardas Civis Metropolitanas, a Polícia Civil e a Militar para desenvolver um protocolo. E torcemos para que as mulheres sejam atingidas diretamente por essa iniciativa. Precisamos do engajamento dos poderes e da sociedade civil, do terceiro setor e da iniciativa privada em torno dessa campanha”, ressaltou Maria Domitila.

Possibilidade de privatização de estatais preocupa deputados

O Governo de Minas e o governo federal compartilham o desejo de enxugar o tamanho do Estado, com a privatização de empresas estatais. Contrários à medida, parlamentares e sindicalistas se reuniram em audiência pública da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG).

Em agosto, o ministro da Economia, Paulo Guedes, anunciou que ao menos 17 estatais serão privatizadas, entre as quais os Correios, a CeasaMinas, a Casa da Moeda e a Eletrobras. Também foi aprovado, no Congresso Nacional, o Novo Marco Regulatório do Saneamento, que

facilita a participação da iniciativa privada no setor.

Em Minas, o governador Romeu Zema já defendeu publicamente a venda da Minas Gerais Administração e Serviços (MGS) e da Cemig. Além disso, o Poder Executivo estadual encaminhou à Assembleia o Projeto de Lei 1.203/19, que permite a privatização da Companhia de Desenvolvimento Econômico do Estado (Codemig), e autorizou o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a realizar um estudo sobre a melhor alternativa para a venda da Copasa.

“Zema tenta vender a ideia de que, se privatizados, os serviços de água e energia vão

melhorar. Por todo o mundo acontece um movimento de reestatização, porque privatizaram, não deu certo, houve corrupção, encarecimento dos serviços e quem pagou o preço foi o povo”, afirmou o deputado Betão (PT). De acordo com o parlamentar, para vender a Copasa, o governador critica a qualidade do sistema de atendimento de uma empresa que está presente em 641 municípios mineiros e que teve um lucro líquido de R\$ 754 milhões no último ano. “Com a Cemig é a mesma coisa. O governo está deixando consumidores sem atendimento e piorando o serviço para criar a ideia de que quanto pior, melhor para privatizar”, reforçou o deputado.

Moradores de povoados se preocupam com instalação de antenas de telefonia celular

As torres de telefonia celular programadas para instalação nas comunidades do Japão Grande e Bicudo foram tema de manifestação do vereador Gilberto Arnaldo de Freitas - Betinho (PSD) - **foto à direita** -, durante a sessão ordinária da Câmara Municipal de Carmópolis de Minas realizada no dia 21 de setembro de 2020.

Segundo ele, moradores do Bicudo e Bicudinho estariam preocupados com o local de instalação, de forma que possa atender o máximo de residências possível, evitando os chamados pontos cegos. Em face disso, um morador estava disposto a ceder uma área que seria o ponto mais

apropriado para a fixação do equipamento.

Disse ainda, o parlamentar, que a antena de celular é uma melhoria muito aguardada por toda a população, o que deveria ser concretizado nos próximos meses, levando à zona rural essa tecnologia hoje indispensável na área das comunicações.

Sobre o assunto, o vice-presidente do Legislativo, vereador Marcelo de Freitas dos Reis, líder do Democratas, informou ter visitado o local onde seria instalada a antena, em terreno do senhor José Vaz. Para ele foi uma surpresa, pois a montanha que se encontra à esquerda do local tem três vezes mais a altura do ponto escolhido. Para

ele, se o equipamento fosse instalado em ponto mais alto, abrangeeria mais pessoas. Em vista dessa dúvida, o vereador afirmou que encaminharia o caso ao Poder Executivo, solicitando esclarecimentos.

Dirceu da Silva, líder do PSD, citou o caso da instalação da antena no distrito de Bom Jardim das Pedras, quando o prefeito afirmou que o sinal cobriria três quilômetros em volta, mas na realidade não chega ao povoado da Gerais, situado a dois quilômetros. Daí a necessidade de escolher bem o local de instalação dessa nova antena, para que os moradores não fiquem prejudicados.



Volney Henrique

Deputados aprovam R\$ 20 bilhões para socorro a empresas

A Câmara dos Deputados aprovou em setembro a Medida Provisória 977/20, que abriu crédito extraordinário de R\$ 20 bilhões para a União conceder garantia a empréstimos feitos pelos bancos a empresas com receita bruta entre R\$ 360 mil e R\$ 300 milhões. A matéria foi relatada pelo deputado Julio Cesar Ribeiro (Republicanos-DF), que recomendou a aprovação do texto original, sem mudanças.

Segundo a Lei 14.042/20, os empréstimos devem ser realizados no âmbito do Programa Emergencial de Acesso a Crédito (Peac-FGI) até 31 de dezembro de 2020. Além das pequenas e médias empresas, poderão ter acesso

ao empréstimo com garantia também as associações, as fundações de direito privado e as sociedades cooperativas, exceto as de crédito.

O dinheiro virá da emissão de títulos públicos e reforçará o Fundo Garantidor para Investimentos (FGI), gerenciado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Segundo o relatório de acompanhamento da execução orçamentária da Consultoria de Orçamento da Câmara dos Deputados, até o dia 25 de setembro, o governo já havia alocado no FGI cerca de 75% dos recursos liberados.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

92 milhões de brasileiros não exerceram trabalho remunerado em setembro

Quase 92 milhões de brasileiros acima de 16 anos de idade não exerceram atividade remunerada em setembro. Foi o que revelou uma pesquisa nacional sobre o panorama do desemprego durante a pandemia de covid-19, realizada pelo Instituto DataSenado entre os dias 11 e 18 daquele mês. Do total de entrevistados, 55% afirmaram não ter exercido atividade remunerada na semana anterior à pesquisa, e 27% disseram estar à procura de emprego. Esse percentual corresponde a aproximadamente 24 milhões de pessoas. Para a maioria do grupo ouvido na pesquisa (97%), está mais difícil conseguir trabalho em razão da pandemia.

O senador Paulo Paim (PT-RS) destacou a importância dos dados e demonstrou preocupação com esses números. Ele criticou o governo federal pela redução do valor do auxílio emergencial — de R\$ 600 para R\$ 300 — e defendeu a retomada da quantia original, bem como do pagamento de R\$ 1,2 mil para mulheres chefes de família.

De acordo com o senador, essa seria uma forma de minimizar os impactos da crise sobre as pessoas de baixa renda e as sem remuneração mostradas na pesquisa.

Segundo a Fundação Getúlio Vargas, cerca de 38 milhões de brasileiros ficarão desamparados com o fim do auxílio emergencial previsto para dezembro, dinheiro que é usado para comprar alimentos e remédios. É uma questão humanitária — disse Paim à Agência Senado.

Segundo a senadora Zenaide Maia (Pros-RN), o estudo do DataSenado mostra que o cenário trazido pelo coronavírus somente agravou a crise já existente em 2019, quando havia mais de 13 milhões de brasileiros na extrema pobreza. Para Zenaide, os números confirmam o que parlamentares como ela vêm declarando há algum tempo: “O governo federal não apresentou até agora nenhum plano para alavancar a economia”.

Fonte: Agência Senado

Maior retenção em empréstimo consignado ameaça finanças de aposentados

O Governo Federal autorizou, por meio de Medida Provisória, a ampliação no limite de desconto em empréstimos consignados contratados por beneficiários do INSS. O percentual passou de 35% para 40%, sendo que, desse total, 5% deve ser utilizado exclusivamente para saque ou amortização de dívida do cartão de crédito.

Na avaliação do Procon da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), a medida aumenta os riscos de superendividamento de aposentados e pensionistas e, por isso, não representa qualquer benefício aos consumidores. Pelo contrário, fragiliza ainda mais o já combalido equilíbrio financeiro de milhões de famílias brasileiras.

De acordo com o coordenador do Procon Assembleia, Marcelo Barbosa, aumentar a possibilidade de superendividamento dos idosos, em um momento econômico tão crítico quanto o atual, pode ter efeito devastador no orçamento de milhões de brasileiros. Em curtíssimo prazo, segundo ele, as dívidas podem se tornar impagáveis por causa dos altos juros cobrados pelas instituições financeiras. “O resultado é uma queda brutal na receita familiar, comprometendo a qualidade de vida de milhões de consumidores mais vulneráveis, transformados em eternos reféns dos bancos”, alerta Barbosa.

O coordenador lamenta ainda o fato de o Projeto de Lei 3.515/15, do ex-senador José Sarney (PMDB/AP), que trata justamente da proteção contra o superendividamento, estar parado há três meses na Comissão Especial da Câmara dos Deputados, mesmo com sua tramitação em regime de urgência.

A proposição traz regras sobre a necessidade de total transparência na publicidade e na oferta do crédito, a proibição de o fornecedor assediar principalmente consumidores idosos, analfabetos, doentes ou com alguma vulnerabilidade, a importância de que a real capacidade de pagamento do potencial tomador de crédito seja analisada e formas de conciliação judicial e extrajudicial, entre outras medidas.

“O momento é de cuidar das pessoas, mas o que estamos assistindo é um verdadeiro descaso com os consumidores mais vulneráveis, que são os aposentados e pensionistas do INSS”, afirma Marcelo Barbosa. Ele lembra que, em 2019, de cada dez cidadãos que registraram queixas no Procon Assembleia, seis procuraram o órgão exatamente em busca de ajuda para se livrar de dívidas. Com a crise provocada pela pandemia de coronavírus, a situação econômica das famílias piorou significativamente, conclui o coordenador.

Orçamento da Câmara para 2021 é de 2,6 milhões de reais

Por unanimidade de votos, os vereadores de Carmópolis de Minas aprovaram, em sessão extraordinária realizada no dia 04 de setembro de 2020, o Projeto de Resolução (PR) da Mesa Diretora da Câmara, que aprova o orçamento do Poder Legislativo Municipal para o exercício de 2021, cujas receitas e despesas são igualmente estimadas em dois milhões e seiscentos mil reais, nos termos do inciso I artigo 29-A da Constituição Federal.

Os valores discriminados nas diversas dotações são os constantes dos quadros demonstrativos, nos termos da Lei Federal 4.320/64, os quais fazem parte da Resolução.

O PR foi assinado pelo presidente da Câmara, vereador Antônio Pinto de Vasconcelos (PSD); vice-presidente Marcelo de Freitas dos Reis (DEM); secretário Gilberto Arnaldo de Freitas - Betinho (PSD) e tesoureiro Célio Roberto Azevedo (PSD).

Rua Maria de Lourdes Costa receberá melhorias

O vereador Geraldo Lucas (PV) – líder do governo na Câmara Municipal de Carmópolis de Minas comunicou ao plenário, durante a sessão ordinária realizada no dia 24 de agosto de 2020, a realização de processo licitatório para realização de obras na Rua Maria de Lourdes Costa, localizada próximo à Escola Lígia Beatriz Amaral. A empresa a ser contratada é a Resende e Avelar, que já havia desenvolvido obras na Rua Franklin Lopes do Amaral e que venceu o certame com proposta de R\$ 320 mil.

Naquela via estava prevista a construção de galeria pluvial até próximo à obra do Centro Administrativo e pavimentação asfáltica de toda a rua. O vereador agradeceu ao deputado federal Domingos Sávio (PSDB-MG), que

direcionou mais essa importante emenda ao Orçamento da União para Carmópolis de Minas,

O vereador relatou sobre o volume de água de chuva que sempre desce naquela via, abrindo valas e buracos, transtornos que serão resolvidos com a obra. Outro problema a ser solucionado definitivamente seria o escoamento de água utilizada para lavagem de um açougue, que também escorre por aquela via, gerando odores e desconforto para moradores e usuários.

O líder lembrou, ainda, que apesar de já licitada, a obra só poderia ser iniciada após o dia 15 de novembro de 2020, por exigência da legislação eleitoral, tendo em vista o pleito municipal que se realizaria até naquela data.

Quebra-molas continuam a ser reivindicados

A comunidade carmopolitana continua solicitando do poder público a instalação de quebra-molas em vários locais do município. De acordo com manifestação do vereador João Francisco Vieira (PSD), feita na sessão ordinária da Câmara Municipal de Carmópolis de Minas realizada no dia 10 de agosto de 2020, foram solicitados a ele dois redutores de velocidade na saída para o distrito de Bom Jardim das Pedras, entre o Bairro Padre Erley e a Fazenda Bananal

e outros três no distrito, próximo ao galpão do senhor Carlinhos; próximo à propriedade do senhor Benício e entre a Rua Isaura Ferreira Borges e a estrada da Gerais.

João Francisco também agradeceu ao prefeito Geraldo Antônio da Silva (PSD), ao vice José Omar Paolinelli (PSD) e ao secretário municipal de Obras Carlos Antônio do Nascimento, pela restauração de mata-burros em local onde o gado estava invadindo rodovia asfaltada.

Conheça os papéis dos prefeitos e vereadores e os principais desafios dos novos eleitos

As eleições para prefeitos e vereadores em 2020 foram fortemente afetadas pela pandemia do coronavírus. Tradicionalmente em outubro, neste ano elas foram adiadas para novembro.

A lista de competências dos municípios, estabelecidas pela Constituição, é grande. Entre elas, instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar as rendas; e organizar o serviço público – sendo que a Constituição define o transporte público como essencial. Programas de educação infantil e ensino fundamental, além do atendimento à saúde, devem ser feitos com a colaboração de estados e da União. O prefeito é o titular do Poder Executivo dos municípios. É dele a responsabilidade de implantar as políticas públicas decorrentes destas exigências da Constituição. Os vereadores formam o Poder Legislativo, integrando as Câmaras Municipais, ou Câmara de Vereadores.

1 – As atribuições dos municípios

“As pessoas confundem o papel do vereador com o papel do prefeito, com (o papel) do deputado, do governador e até do Presidente da República. Então as pessoas que não acompanham o cotidiano da política têm dificuldade de entender, muitas vezes, o que acontece nos bastidores da política. Então esse foi um desafio importante: trabalhar para que as pessoas entendessem verdadeiramente o papel do vereador, que é um papel importante”. *(Deputado Helder Salomão - PT-ES)*

2 – A experiência de ser prefeito

“É importante que os gestores fiquem muito atentos a todo e qualquer gasto para evitar depois alguns inconvenientes, como o apontamento de gastos e assim por diante, que vão ter como consequência a rejeição das contas do município e isso é imputado diretamente ao gestor, que tem aí seu CPF bloqueado e pode acarretar até perda de direitos políticos, processo sobre improbidade administrativa e assim por diante”. *(Eduardo Stranz, da Confederação Nacional dos Municípios)*

3 – Os desafios de ser vereador

“Fiscalizar e acompanhar as demandas do município em tempo real, como fazer com que o poder público atenda às comunidades, entre nelas para atender as suas necessidades”. *(Deputado Chiquinho Brazão -Avante-RJ)*

4 – Desafios financeiros dos municípios

“Hoje a realidade é outra, o governo federal descentralizou muitas atividades para os municípios. Exemplo: na área social e na área de saúde. Tudo passa pelos municípios. Então é difícil encontrar um município que não gaste em torno de 50% para o custeio da máquina e a folha de pagamento”. *(Deputado Celso Maldaner -MDB-SC)*

5 – Os desafios de quem foi eleito

“O que precisa são pessoas que se dediquem por inteiro à administração pública e façam a diferença, tendo a sua lealdade com quem paga o tributo, cuidando rigorosamente de cada centavo e, acima de tudo, fazendo uma análise do custo-benefício de todo investimento público que é realizado nos nossos municípios”. *(Deputado Schiavinato -PP-RR)*

Fonte: Agência Câmara Notícias

Saiba como funciona o Pix

O novo sistema de pagamentos e transferências instantâneas, gratuito para pessoas físicas, o Pix vai funcionar de forma parecida com as transferências DOC e TED. A vantagem é que permite um acesso mais simples do que os serviços existentes até agora. Outra diferença fundamental é que o dinheiro passa do pagador ao receptor de forma praticamente imediata. O sistema não tem restrições, podendo ser acessado a qualquer hora ou dia da semana.

As transações feitas pelo sistema serão compensadas instantaneamente. Apenas nos casos em que houver suspeita de fraude, os pagamentos ou transferências podem demorar até 30 minutos para serem verificados. As transações podem ser feitas pelos aplicativos de bancos e de pagamentos para telefone celular ou pelo internet banking em computadores.

O Pix também ganha velocidade porque não é necessário informar todos os dados do beneficiário. Os usuários do serviço podem cadastrar de uma até cinco chaves associadas a uma conta bancária. Com a chave é possível localizar o destinatário do pagamento sem outros dados de identificação.

Podem ser usados como chave o CPF, o CNPJ, o número do celular, o endereço de correio eletrônico (e-mail) ou um código de 32 dígitos gerado especificamente para o Pix (EVP). Basta informar a chave do beneficiário para que o sistema localize o receptor do pagamento e realize a transação. No caso de não ter uma chave, o usuário precisará repassar os dados bancários ao outro envolvido na transação.

O código EVP permite receber pagamentos sem informar nenhum dado pessoal, sendo um código com letras e números criado especificamente para as

transações por meio do Pix. O código aleatório vai possibilitar ainda a geração de códigos de barra do tipo QR Code, que podem ser lidos por câmera de celular para fazer pagamentos. Os códigos podem ser fixos, com um mesmo valor de venda (em locais de preço único), ou variáveis, criados para cada venda.

Os usuários podem cadastrar as chaves fazendo contato com as instituições com as quais têm relacionamento. Estão aptos a fazer transações pelo Pix bancos, instituições financeiras e plataformas de pagamento.

Os valores que poderão ser transacionados pelo novo sistema variam de acordo com o perfil de cada cliente, do mesmo modo que com outros serviços bancários. Os limites variam de no mínimo, segundo a regulamentação do Banco Central, 50% do valor das transferências tipo TED até o valor autorizado para compras em débito. Os limites variam de acordo com o dia da semana e o horário em que for utilizado o serviço. O Pix funciona 24 horas por dia, sete dias por semana. As transferências e pagamentos também podem ser agendadas, da mesma forma que ocorre com o DOC e a TED.

O Pix é gratuito para transferências ou recebimento por pessoas físicas. Poderão ser cobradas tarifas caso o sistema seja usado como meio de recebimento para vendas de produtos ou serviços. As instituições podem ainda tarifar o uso presencial ou por telefone do sistema. As instituições são livres para tarifar os usuários pessoas jurídicas (empresas).

O sistema foi aberto para toda a população no dia 16 de novembro.

Persistem os problemas na Avenida Padre Jair

Os problemas estruturais existentes na Avenida Padre Jair Pereira, em Carmópolis de Minas, foram destacados pelo vice-presidente da Câmara Municipal, vereador Marcelo de Freitas dos Reis (DEM) - *foto à direita* -, durante a sessão ordinária realizada no dia 14 de setembro de 2020. Marcelo aproveitou a ocorrência de mais um acidente no local naquele dia, envolvendo uma carreta, para pedir, novamente, providências à Prefeitura.



Volney Henrique

O vice-presidente disse ter cobrado muitas vezes uma solução para o trânsito naquela via, citando, ainda, a existência de uma lei municipal que proíbe o trânsito de veículos pesados no local, norma que, entretanto, nunca foi colocada em prática. Lembrou, também, seus pronunciamentos na Casa, alertando que, enquanto não ocorresse um acidente grave no local, a Prefeitura não tomaria as providências, o que, para ele, seria um fato lamentável.

Marcelo lembrou as inúmeras vezes em que os vereadores levantaram o problema em plenário, sem que nada fosse feito até naquela data. O vice-presidente disse esperar que, em vista de mais um acidente, o Poder Executivo tomasse a iniciativa, com o auxílio da Comissão de Trânsito.

Reiterando os requerimentos já encaminhados por ele, Marcelo cobrou mais uma vez uma solução, lembrando que já havia sido publicada reportagem a respeito no Jornal da Câmara, na qual foi anunciado um possível estreitamento da pista, no início e no final da avenida, restringindo o acesso a carros de passeio, mas até naquela data o Executivo não havia efetivado essa solução.

“Que o acidente de hoje, felizmente sem vítimas, possa despertar a Prefeitura para o problema. Ou será que esperará morrer alguém?”, questionou o vice-presidente.

Da mesma forma pensa o vereador Dirceu da Silva, líder do PSD, que também se manifestou na mesma sessão sobre o problema. Lembrou ter votado a

favor o projeto de lei que proíbe trânsito pesado no local, mas o tempo passou, juntamente com os governos municipais, e nada ainda havia sido feito, colocando em risco os usuários da via, que poderiam ser vítimas de um acidente a qualquer momento.

Engrössando os argumentos apresentados por Marcelo, o vereador Gilberto Arnaldo de Freitas - Betinho (PSD) narrou episódio recente, em que uma carreta não conseguiu subir pela avenida, tendo voltado e conseguido parar no retorno, quando a carreta desengatou-se do restante do veículo, no momento em que o motorista tentava arrancar novamente. Caso isso tivesse ocorrido enquanto subia pela avenida, poderia ter ocorrido uma grande tragédia. Destacou que

normalmente o sistema de orientação via GPS leva o motorista para aquele trevo e caso isso não seja alterado, com a mudança dos locais das placas indicativas, será sempre um transtorno para os motoristas que não conhecem a cidade.

José Munir Machado (PSDB) também demonstrou sua preocupação em torno do problema, acreditando que algo seria feito nos próximos dias, conforme informações que circulavam em redes sociais.

Geraldo Lucas (PV), líder do governo no plenário, reconheceu os transtornos representados pelo trânsito na Avenida Padre Jair Pereira, ficando na expectativa de que os problemas fossem definitivamente resolvidos o mais breve possível.

Motoristas já podem cadastrar ocorrências do DER via MG App

O aplicativo oficial do Governo de Minas, “MG App – Cidadão”, agregou novas funcionalidades vinculadas ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais (DER-MG). Agora, os cidadãos conseguem cadastrar, pelo aplicativo, nos sistemas operacionais Android e iOS, ocorrências relacionadas às rodovias estaduais e ao transporte intermunicipal e da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). O MG App já conta com mais de 50 serviços disponíveis.

Em relação às estradas estaduais, é possível reportar, por exemplo, buracos na pista, necessidade de sinalização, solicitação de capina e de limpeza de placas, entre outras demandas.

A gerente dos Canais de Atendimento ao Usuário do DER-MG, Solange Pinto, destaca a interação com os cidadãos, ampliada pela expansão do uso do MG App, “pois eles são os melhores e mais eficientes fiscais dos serviços realizados pelo Departamento”. “As informações passadas pelos usuários e os contatos instantâneos via aplicativo nos possibilitam ser mais ágeis na solução dos problemas e assertivos nas decisões gerenciais que possam beneficiar a população”, salienta.

O aplicativo possui mais de 1 milhão de downloads e conta com cerca de 300 mil usuários ativos por mês.

Disque denúncia completta 13 anos

O 181 Disque Denúncia Unificado (DDU) completou 13 anos na terça-feira (10), com balanço positivo de atendimento à sociedade mineira. A média é de 200 denúncias de atividades ilícitas feitas diariamente pela população de forma anônima e sigilosa.

O balanço registra mais de nove milhões de chamadas e 960 mil denúncias apuradas pelas Polícias Militar e Civil e pelo Corpo de Bombeiros Militar. O serviço, coordenado pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp), foi responsável por 230 mil prisões e apreensões, entre adultos e menores de idade criminosos, e pela retirada de circulação de R\$ 34 milhões oriundos do tráfico de drogas.

Foram 25.859 armas, entre elas fuzis e metralhadoras, 284.092 munições, 44,7 toneladas de drogas, como crack e cocaína, e 22.024 veículos roubados ou furtados retirados das ruas. Houve a aplicação de R\$ 143 milhões em multas e apreensão de 60 mil animais mantidos em cativeiro.

Atividades ilícitas relacionadas ao tráfico de drogas lideram as denúncias feitas pela população. Durante os 13 anos de atuação do canal de denúncias, foram feitas mais de 575 mil denúncias do tipo, o que corresponde a cerca de 60% de todas as ocorrências efetuadas.

Em seguida, estão as denúncias que requerem a participação do Corpo de Bombeiros (demandas de vistorias e fiscalização de locais privados e/ou públicos, por exemplo), prática de jogos de azar e crimes ambientais.

Informações sobre homicídios, maus tratos a animais, comércio ilegal, posse irregular de armas de fogo e munições, pessoas foragidas e procuradas, receptação e desmanche de carros, bem como pirataria, também entram na lista das principais chamadas efetuadas.

A capital mineira lidera as ligações com 25% do total. Em seguida estão os municípios de Juiz de Fora, Contagem, Uberlândia, Betim e Ribeirão das Neves.

Orçamento estadual de 2021 prevê déficit de R\$16,2 bilhões

A Assembleia Legislativa de Minas Gerais recebeu do Governo do Estado o projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2021, que prevê um déficit de R\$ 16,2 bilhões. Também foi recebido o projeto de revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) para o ano que vem.

Segundo a mensagem do governador Romeu Zema que acompanhou o projeto da LOA, a receita total estimada para 2021 é de R\$ 105,7 bilhões, consideradas as previsões de arrecadações estaduais (R\$ 86,7 bilhões) e as receitas intraorçamentárias (R\$ 19 bilhões).

Já a despesa total projetada para 2021 é de R\$ 121,9 bilhões, dos quais R\$ 19 bilhões são de operações intraorçamentárias. O déficit orçamentário para 2021, portanto, é estimado em R\$16,2 bilhões. São R\$ 2,9 bilhões a mais que o déficit previsto na proposta orçamentária para 2020, que era de R\$ 13,3 bilhões.

O projeto de lei da LOA estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício financeiro de 2021. A proposta é elaborada em consonância

com o PPAG 2020-2023 e com o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI), de forma a assegurar o alinhamento estratégico do Governo do Estado.

Já o projeto de revisão do PPAG contém em seus anexos os programas e as ações governamentais organizados por área temática e por setor de governo; o demonstrativo de programas e ações incluídos e excluídos, com a exposição sucinta dos motivos que justificam a alteração; e as alterações introduzidas no âmbito do Poder Legislativo a serem incorporadas pelo Poder Executivo.

Projeto “Bolsa Atleta” pode beneficiar jovens carmopolitanos



Volney Henrique

O vereador Célio Roberto Azevedo (PSD) - **foto acima** - encaminhou ao Poder Executivo de Carmópolis de Minas, minuta de projeto de lei de sua autoria, sugerindo estudos visando a instituição do Programa “Bolsa Atleta”. A iniciativa foi comunicada por Célio ao plenário da Câmara Municipal, na sessão legislativa ordinária realizada no dia 21 de setembro de 2020.

De acordo com a minuta, a iniciativa tem como objetivo valorizar, incentivar e apoiar atletas e paratletas de qualquer modalidade esportiva, que possuam notável rendimento em competições municipais, estaduais, nacionais e internacionais, mediante a concessão de bolsas remuneradas. A concessão do bolsa-atleta seria individual, eventual e temporária, a perdurar enquanto o beneficiário atender às condições estabelecidas nos critérios da possível lei. O Programa

ajudaria a cobrir despesas de viagens, equipamentos esportivos ou outros relacionados ao treino ou à prática desportiva.

Sobre a iniciativa, Célio explicou, durante a sessão ordinária da Câmara realizada no dia 14 de setembro de 2020, que como amante dos esportes, pôde verificar que em Carmópolis falta incentivo aos jovens atletas, cujos projetos de desenvolvimento sempre esbarram em dificuldades financeiras. Ainda segundo o autor, muitas vezes as famílias dessas promessas do esporte precisam até mesmo se transferir para outros municípios, para tentar realizar o sonho daquela criança ou jovem.

Célio mostrou que o projeto Bolsa Atleta é muito importante para a população, já que conduz os jovens para o bem, distanciando-os do mundo das drogas e dos crimes, tratando-se de

esporte e educação, que muito beneficiam os seres humanos em todos os aspectos. Ele listou nomes de pessoas e de instituições esportivas existentes no município que poderiam ser diretamente beneficiadas com a iniciativa.

Sobre a legalidade do projeto, o vereador admitiu que ele onera o município, sendo, então, de competência exclusiva do Poder Executivo. Neste caso caberia ao prefeito apresentá-lo num momento oportuno, fazendo mudanças ou incrementando-o e finalmente enviando-o ao Legislativo, contribuindo, assim, para a promoção da juventude carmopolitana.

Na mesma sessão o vereador Sérgio Damião Moraes (PSDB) aplaudiu seu colega Célio pela iniciativa, fazendo votos para que o projeto seja realmente executado, beneficiando muitos atletas carmopolitanos.

Carteira de motorista passa a valer por dez anos

A Câmara dos Deputados aprovou, em setembro de 2020, a maior parte das emendas do Senado ao Projeto de Lei 3.267/19, do Poder Executivo, que altera o Código de Trânsito Brasileiro. O texto seguiu para sanção do presidente da República. Entre as principais medidas, a proposta aumenta a validade da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) para dez anos e vincula a suspensão do direito de dirigir por pontos à gravidade da infração.

De acordo com o texto, a CNH terá validade de dez anos para condutores com até 50 anos de idade. O prazo atual, de cinco anos, continua para aqueles com idade igual ou superior a 50 anos. Já a renovação a cada três anos, atualmente exigida para aqueles com 65 anos ou mais, passa a valer apenas para os motoristas com 70 anos de idade ou mais. Profissionais que exercem atividade remunerada em veículo (motoristas de ônibus ou caminhão, taxistas ou condutores por aplicativo, por exemplo) seguem a regra geral.

Quanto ao uso da cadeirinha, o Senado propôs que o equipamento, que pode ser um assento de elevação (booster) ou uma cadeira especial presa ao assento, deverá ser adequado ao peso e à altura da criança. A obrigatoriedade da cadeirinha, hoje prevista em resolução do Contran, será incorporada ao Código de Trânsito, e a multa continua gravíssima. No texto original, o Executivo propunha o fim da penalidade.

Advertência

Uma das emendas aprovadas condiciona a substituição obrigatória de multas leves ou médias por advertência ao fato de o infrator não ter cometido nenhuma outra infração nos últimos 12 meses. Na redação da Câmara, a advertência não seria aplicada somente se o infrator fosse reincidente no mesmo tipo de infração cometida nos 12 meses anteriores, abrindo o leque de situações nas quais a advertência seria

aplicada. Hoje, a conversão de multa em advertência fica a critério da autoridade de trânsito. Entretanto, o substitutivo aprovado retira do código a possibilidade de essa advertência ser aplicada também ao pedestre.

Farol em rodovias

A infração de dirigir sem faróis acesos em rodovias, tornada restrita pelo texto da Câmara apenas às rodovias simples, passa a existir apenas para aquelas fora do perímetro urbano, segundo emenda do Senado. Brasília seria uma das cidades visadas com a mudança, pois possui várias vias classificadas de rodovias em perímetro urbano.

Pontuação

Quanto à pontuação a partir da qual a pessoa tem o direito de dirigir suspenso, o texto estabelece uma gradação de 20, 30 ou 40 pontos em 12 meses conforme haja infrações gravíssimas ou não. Atualmente, a suspensão ocorre com 20 pontos, independentemente de haver esse tipo de infração. Com a nova regra, o condutor será suspenso com 20 pontos se tiver cometido duas ou mais infrações gravíssimas; com 30 pontos se tiver uma infração gravíssima; e com 40 pontos se não tiver cometido infração gravíssima nos 12 meses anteriores.

Para o condutor que exerce atividade remunerada, a suspensão será com 40 pontos, independentemente da natureza das infrações. Isso valerá para motoristas de ônibus ou caminhões, mas também para taxistas, motoristas de aplicativo ou mototaxistas. Entretanto, se o condutor remunerado quiser participar de curso preventivo de reciclagem quando, em 12 meses, atingir 30 pontos, toda a pontuação será zerada. Atualmente, essa possibilidade existe para aqueles com carteiras do tipo C, D ou E se acumulados 14 pontos.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Lentidão pode comprometer obras em Carmópolis

A falta de continuidade do serviço de pavimentação de ruas em Carmópolis de Minas pela empresa vencedora da licitação do projeto Finisa (Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento) foi criticada na Câmara Municipal pelo vice-presidente Marcelo de Freitas dos Reis (DEM). Durante a sessão ordinária realizada no dia 14 de setembro de 2020, o vereador disse que a empresa só estava trabalhando nos finais de semana, atrasando o cronograma de obras e deixando a população sem os benefícios.

“A continuar nesse ritmo, as obras anunciadas não serão concluídas este ano”, advertiu Marcelo, acrescentando que a população não tem culpa se a empresa também assinou contratos em outras cidades, sendo seu dever garantir a continuidade das obras em Carmópolis. Disse, ainda, achar estranho que a empresa trabalhe apenas aos sábados.

Ainda sobre as obras em Carmópolis, Marcelo pediu à liderança do governo na Câmara que acompanhe

a questão da espessura do asfalto que estaria sendo assentado nas ruas em processo de pavimentação.

Os argumentos de Marcelo foram reforçados pelo vereador Dirceu da Silva, líder do PSD, lembrando ser função do vereador fiscalizar as obras. Ele disse já ter conversado diretamente com o prefeito Geraldo Antônio da Silva (PSD) sobre a empresa vencedora da licitação, afirmando ser inaceitável que o trabalho se desenvolva apenas nos finais de semana. Dirceu alertou para a iminência do período chuvoso, quando ficará mais difícil dar continuidade ao serviço. Ele também manifestou sua preocupação devido à grande extensão das obras, abrangendo várias ruas ao mesmo tempo.

O vereador Gilberto Arnaldo de Freitas - Betinho (PSD) concordou com a argumentação apresentada por Marcelo, afirmando que, de fato, a cidade não pode concordar que a empresa trabalhe apenas aos sábados, em vista da aproximação do período chuvoso, quando poderão ocorrer maiores transtornos, incluindo a

paralisação das obras. Ele também destacou que a Prefeitura tem o trabalho de preparar a rua, limpando-a para que possa receber o asfalto, e que isso também será perdido, caso a empresa não promova os serviços no devido tempo.

Antônio Gabriel Francisco Rabelo Lara, líder do bloco do PSDB, concordou com seu colega Marcelo e acrescentou que estará exercendo seu dever de fiscalizar as obras, que, segundo ele, já apresentavam problemas em alguns trechos de ruas recentemente pavimentadas, pois na verdade quem paga por elas são os municípios.

Geraldo Lucas (PV), líder do governo no plenário, afirmou que já havia alertado o prefeito a respeito da necessidade de agilização das obras. Revelou, entretanto, que naquela semana representantes da empresa compareceriam à Prefeitura, quando deveriam ser questionados pelo chefe do Poder Executivo sobre o andamento dos trabalhos.